

QUESTÃO 01.

Situação: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Os candidatos recorrentes solicitam anulação da questão alegando que:

- “[...] A questão extrapola as matérias cobradas na bibliografia. Kernel se refere à disciplina sistemas operacionais, mais especificamente o Linux. Tais assuntos não foram exigidos na bibliografia, por este motivo solicito anulação da questão. [...]”;
- “[...] o único conhecimento sobre Sistema Operacional exigido é relativo ao Microsoft Windows 7 ou superior, o que não contempla um assunto tão aprofundado como o cobrado na questão. [...]”;
- no programa do Edital do concurso, não está previsto sistemas de computadores como conteúdo.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente. Os candidatos se equivocam ao associar o conceito de kernel exclusivamente a sistemas operacionais Linux. Todo e qualquer sistema operacional é dotado de um kernel, componente central do sistema operacional responsável pela interligação entre hardware e software. A saber, o sistema operacional Microsoft Windows 7 possui *kernel* de arquitetura *microkernel monolítico*. O comando e as respostas da referida questão encontram-se em perfeita consonância com a didática apresentada pela fonte bibliográfica:

... As funções centrais de um sistema operacional são controladas pelo *kernel* (núcleo)...
... O *kernel* é o núcleo do sistema operacional e sempre permanece na memória do computador. O *kernel* contém o código de baixo nível que se comunica com o hardware....

Ainda, o conhecimento abordado pela banca examinadora está contemplado no edital do concurso, especificamente nos itens: “2. Software: 2.1. Conceitos básicos; 2.3. MS Windows 7 ou superior;”.

Desta forma fica mantido o gabarito uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

NORTON, Peter. **Introdução à Informática**. São Paulo: Makron Books, 2008.

QUESTÃO 02.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Alguns recorrentes solicitam a anulação da questão e alegam que:

- O edital do certame não prevê o assunto abordado;
- A afirmativa I está incorreta;
- As afirmativas I e III estão incorretas

Outros solicitam a alteração de gabarito para a alternativa (A) por entenderem que a afirmativa III está incorreta. E ainda que “[...] quanto maior a velocidade, mais alto o custo e menor a capacidade e quando a velocidade é baixa, menor o custo e maior a capacidade. tornando a questão passível de alteração para a letra D. [...]”;

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente. Em cenários de alta competitividade a informação passou a ter um valor maior, determinando inclusive diretrizes empresariais. A informação é um bem de alto valor, mas este bem só poderá ser utilizado se for obtido a tempo, for legítimo, confiável e devidamente protegido, proporcionando tomadas de decisões mais precisas para gestores. O comando e as respostas da referida questão encontram-se em perfeita consonância com a didática apresentada pela fonte bibliográfica (2008, p.68, grifos nossos):

... POR QUE AS EMPRESAS PRECISAM DE INFORMAÇÕES

- As empresas precisam estar bem informadas para continuar a ser competitivas.
 - O valor das informações é determinado pelas pessoas que as usam.
- Oportunidade, precisão e apresentação clara são os elementos-chave que tornam as informações úteis.
 - Quanto mais rápida e mais precisa a informação, maior o seu custo....

Ainda, o conhecimento abordado pela banca examinadora está contemplado no edital do concurso, especificamente nos itens: “3. Internet: 3.1. Conceitos básicos e segurança; 3.3. Correio Eletrônico, Conceitos de segurança da informação **Conceitos de organização e de gerenciamento de informações**, arquivos, pastas e programas.”.

Desta forma fica mantido o gabarito uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

NORTON, Peter. **Introdução à Informática**. São Paulo: Makron Books, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Comissão Permanente de Seleção (Copese). Concurso público para provimento de cargos efetivos da carreira de técnico-administrativos em educação. Palmas, TO, 2018.

QUESTÃO 03.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Os candidatos recorrentes solicitam anulação da questão alegando, em síntese, que “[..]exigia que o candidato tivesse conhecimento de áreas relacionadas aos sistemas operacionais móveis, bem como sistema operacional android.” e que “[...] o tema Sistemas Operacionais de Smartphones não está sendo contemplado no edital”.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente. Em balanço divulgado pelo instituto de pesquisa Gartner, liderando a lista de vendas de dispositivos móveis está a plataforma Android, com mais de 296,9 milhões de smartphones ativados em 2016, totalizando uma fatia de mercado de 86,2%. Em segundo lugar, a Gartner indicou o iOS que vem nos iPhones, com 44 milhões de unidades e 12,9% de fatia de mercado. O top 4 é fechado por Windows (1,9 milhão) e BlackBerry (400 mil).

Ainda, o conhecimento abordado pela banca examinadora está contemplado no edital do concurso, especificamente nos itens: “2. Software: 2.1. Conceitos básicos;”.

Desta forma fica mantido o gabarito uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Os 5 sistemas operacionais mobile mais vendidos de 2016.

Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/mercado/108748-5-sistemas-operacionais-mobile-vendidos-2016.htm>>. Acesso em 28 de maio de 2018.

QUESTÃO 04.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Os recursos alegam que:

- 1) Não há resposta válida, pois “[...] o nome da lista apontada não se chama "Marcação Simples" [...]”, se baseando na fonte bibliográfica [3].
- 2) Que a alternativa afirma que “[...]Marcação Simples é a opção padrão e indica onde estão as alterações usando linhas na cor vermelha”, mas que falta informações como o local onde esta marcação na cor vermelha se encontra, baseado na referência [1]. Solicita anulação da questão.

3) o item III “Sem Marcação é a opção que oculta a(s) marcação(ões) para mostrar a aparência das alterações incorporadas.” é falso, se baseando na fonte bibliográfica [2]. Solicita alteração de gabarito para alternativa (A).

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a referência [1], documentação oficial disponibilizada pela Empresa Microsoft (responsável pelo Office), temos na aba mostrar alterações (revisões) em um documento:

“1. Na guia Revisão, no grupo Controle, na lista **Marcação Simples**, escolha uma opção de exibição. Marcação Simples é a opção padrão e indica em que estão as alterações com **uma linha vermelha** na margem. **Sem Marcação** oculta a marcação para mostrar a aparência das alterações incorporadas.”

O fato da ausência de indicação do local não deixa a alternativa incorreta, pois a marcação (onde quer que esteja) é feita na cor vermelha, conforme indica a questão e a bibliografia utilizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1]<https://support.office.com/pt-br/article/controlar-alterações-no-word-197ba630-0f5f-4a8e-9a77-3712475e806a>

[2]https://answers.microsoft.com/pt-br/office/forum/office_2013_release-word/office-2013-inativação-de-controle-de/ffd27f7d-f9e9-47a1-95ad-05aa76da61da

[3]Microsoft Office Proofing Tools 2016 Microsoft Corporation.

QUESTÃO 06.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato alega que uma das alternativas (alternativa B) não é inédita e que, portanto a questão deve ser anulada.

JUSTIFICATIVA:

A alternativa (B) trata-se de uma definição geral bastante utilizada para discos rígidos magnetizáveis. Esta definição geral pode ser conferida na fonte [2], precisamente na página 68, e endossada pela fonte [1], página 128. Por se tratar de definição não há como inovar a alternativa em seu teor, além disso, o fato de uma **única alternativa** ter sido elaborada por utilização do mesmo material bibliográfico, não acarreta no ônus da anulação da questão e não invalida o seu ineditismo.

Desta forma fica mantido o gabarito uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- [1] MARÇULA, M. BENINI FILHO, P. A. Informática – Conceitos e aplicações, 2ª edição, Editora Érica, 2007.
- [2] TANENBAUM, A. S. Organização estruturada de computadores, 5ª edição, Pearson – Addison-Wesley, 2006.

Área de Conhecimento: Língua Portuguesa

QUESTÃO 09.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Um dos candidatos recorrentes solicita a alteração do gabarito de alternativa (A) para (B), pois, alega que a definição clássica de metáfora pressupõe palavras “usadas fora de seu significado convencional para expressar um outro significado. Outro ponto clássico é que as metáforas restringem-se apenas à linguagem poética, e não são encontradas na linguagem convencional”. Sendo o amor algo duradouro, segundo o candidato, há uma relação paradoxal entre “amor” e “amor líquido”. Outro candidato afirma que a figura de linguagem metáfora não é comumente utilizada e revela “uma relação de semelhança entre dois termos”.

JUSTIFICATIVA:

A questão solicitava o modo de linguagem presente na relação entre “amor líquido” e “um amor” até segundo aviso”. No texto, afirma-se que o “Amor líquido é um amor “até segundo aviso”, o amor a partir do padrão dos bens de consumo: mantenha-os enquanto eles te trouxerem satisfação e os substitua por outros que prometem ainda mais satisfação”, ou seja, o amor líquido, o amor até segundo aviso, é aquele que é mantido enquanto há satisfação. Dessa forma, a alternativa: “(A) metafórico, pois está presente uma relação de contiguidade nos enunciados, por meio de um atributo comum conferido a ambos”, está correta, tendo em vista uma característica comum conferida aos vocábulos. Ferreira (2007), ao tratar da metáfora, afirma que nela há uma comparação subentendida entre dois elementos, fato que pode ser observado na alternativa. Não há, assim, “união de ideias contraditórias”, como exposto na alternativa (B), mas, sim, pontos em comum entre as características.

Desta forma, fica mantido o gabarito uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FERREIRA, M. **Aprender e praticar gramática.** São Paulo: FTD, 2007.

QUESTÃO 10.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Os candidatos recorrentes solicitam a anulação da questão ou a alteração do gabarito de (C) para (A), pois, na alternativa III, os termos negritados retomam “Amor líquido” e não “Bens de consumo”, estando correta apenas a alternativa I.

JUSTIFICATIVA:

A alternativa III: “Amor líquido é um amor “até segundo aviso””, o amor a partir do padrão dos bens de consumo: mantenha-os enquanto eles te trouxerem satisfação e os substitua por outros que prometem ainda mais satisfação.”, os elementos negritados retomam, respectivamente, “bens de consumo”. A concordância verbal demarca isso, uma vez que o pronome negritado “os” está no plural, sendo que seu referente também deve estar no plural. No caso, “amor” está no singular, já “bens de consumo” encontra-se pluralizado. Compara-se amor aos bens de consumo, por isso que devem ser mantidos enquanto trouxerem satisfação, assim como acontece no amor.

Desta forma, fica mantido o gabarito uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FERREIRA, M. **Aprender e praticar gramática.** São Paulo: FTD, 2007.

QUESTÃO 11.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Os candidatos recorrentes solicitam a anulação da questão ou a alteração do gabarito de (D) para (B) ou (C). Segundo eles, a palavra negritada "às vezes", afirmativa I, introduz a ideia de ocorrência, e não de temporalidade. Na afirmativa II, os dois pontos são empregados para introduzir um questionamento sobre uma possível solução do problema relatado. Assim, solicitam a alteração do gabarito para letra (B). Outros candidatos solicitam a alteração do gabarito para a letra (C), pois a afirmativa II está incorreta porque os dois pontos usados na afirmativa são empregados para esclarecer uma nova ideia, e não esclarecer uma ideia do que foi anunciado anteriormente. A afirmativa III da questão também está incorreta. Um dos candidatos alega que, semanticamente, o “mas” exerce uma função de uma conjunção aditiva, e não de oposição. Por

fim, um outro candidato solicita a anulação da questão, uma vez que a banca disponibilizou cinco itens para o candidato fazer a leitura (I, II, III, IV e V), mas não aparece o item IV a ser analisado.

JUSTIFICATIVA:

Esclarecemos que as três assertivas exigem do candidato a leitura do excerto (entrevista com o sociólogo Zygmunt Bauman) a fim de compreender a situação e o contexto em que foram empregados os elementos de natureza coesiva. A alternativa I: “Pelo menos, **às vezes**, quando uma catástrofe, natural ou provocada pelo homem, torna impossível ignorar as falhas”, a palavra negritada é um elemento coesivo que introduz a ideia de temporalidade. Nesse contexto, a expressão negritada, “às vezes”, evoca a ideia de tempo, frequência e/ou duração. A alternativa II: “O verdadeiro problema é: quem é capaz de fazer o que deve ser feito para evitar o desastre que já podemos prever?”, reconhecemos que o uso dos pontos serve para introduzir um esclarecimento ou uma explicação do que foi anunciado anteriormente. A alternativa III: “É bom lembrar que o amor não é um “objeto encontrado”, **mas** um produto de um longo e muitas vezes difícil esforço e de boa vontade”, a palavra negritada é um elemento coesivo que introduz oposição de ideias: “o amor não é um “objeto encontrado” e (amor) como “um produto de um longo e muitas vezes difícil esforço e de boa vontade”. A questão não apresenta cinco afirmativas (I, II, III, IV e V).

Desta forma, fica mantido o gabarito uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

FERREIRA, M. **Aprender e praticar gramática**. São Paulo: FTD, 2007.

KOCH, Ingedore Villaça. **A Inter-ação pela linguagem**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

QUESTÃO 12.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Os candidatos recorrentes solicitam a anulação da questão ou alteração do gabarito de (B) para (A) ou (C). Um dos candidatos, na alternativa (B), afirma que há a presença de uma oração sem sujeito e não uma oração com sujeito oculto. Outro candidato afirma que “Líquidos” não é sujeito simples, mas composto. Outro afirma que, na alternativa (C), segunda oração, há a presença de um sujeito indeterminado, visto que o verbo ‘ser’ está na terceira pessoa do plural. Desse modo, trata-se de oração que contém um sujeito indeterminado e não oculto, como foi descrito na opção correta da questão.

JUSTIFICATIVA:

Em: “**Líquidos** mudam de forma muito rapidamente, sob a menor pressão.”; “Na verdade, são incapazes de manter a mesma forma por muito tempo.”, temos, na primeira oração, a presença de um sujeito simples (**Líquidos**). Quando o sujeito tem um só núcleo, isto é, quando o verbo se refere a um só substantivo, ou um só pronome, ou a um só numeral, ou a uma só palavra substantivada, ou uma oração substantiva, o sujeito é SIMPLES. Na segunda oração, temos a presença de um sujeito OCULTO. Embora ele não esteja materialmente determinado ou expresso na oração, ele pode ser identificado retomando a primeira oração. “*Na verdade, (Líquidos) são incapazes de manter a mesma forma por muito tempo.*” Nas orações não há a presença de sujeito indeterminado. Ele vai ocorrer quando *não* for possível identificar o sujeito. Dessa forma, quando o verbo não se referir a uma pessoa determinada, ou se desconhecer quem executa a ação, podemos identificar a presença de um sujeito indeterminado.

Desta forma, fica mantido o gabarito uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 22. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

QUESTÃO 14.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato recorrente afirma que na alternativa (B) o significado dos termos também é diferente.

JUSTIFICATIVA:

A questão solicitava indicar a alternativa **INCORRETA**, quanto aos aspectos semânticos das palavras. A alternativa (B) é: “Em: ‘Eu me diverti muito no **verão** passado’ e ‘Eles **verão** o que irá acontecer’, os elementos negritados são exemplos de palavras homônimas”. Os termos “verão” são homônimas, “pois têm a mesma pronúncia e a mesma grafia” (FERREIRA, 2007, p. 40). Logo, a alternativa (B) está correta e não se configura como gabarito da questão. O gabarito é a alternativa (D), uma vez que está incorreta.

Desta forma, fica mantido o gabarito uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FERREIRA, M. **Aprender e praticar gramática**. São Paulo: FTD, 2007.

QUESTÃO 15

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O(a) candidato(a) alega que “a referida questão, não apresenta a alternativa correta. Entretanto, não Consta a opção para o candidato assinalar.”

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente. A questão solicita que o(a) candidato(a) assinale a alternativa correta quanto aos requisitos básicos para a investidura em cargo público no Brasil dispostos nas afirmativas da questão, enumeradas de I a V, da seguinte forma:

- I. a nacionalidade brasileira.
- II. o gozo dos direitos políticos.
- III. a quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- IV. o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- V. a idade mínima de dezoito anos.

Considerando, portanto, que as cinco afirmativas constantes nos itens de I a V estão expressas no art. 5º da Lei 8.112/1990, a alternativa a ser assinalada pelo(a) candidato(a) é a alternativa“(D)”: “*Todas as afirmativas estão corretas*”, conforme o gabarito.

Desta forma, fica mantido o gabarito uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Lei 8.112/1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm. Acesso: 25 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Comissão Permanente de Seleção (Copese). Concurso público para provimento de cargos efetivos da carreira de técnico-administrativos em educação. Palmas, TO, 2018.

QUESTÃO 17

SITUAÇÃO: **Recurso Procedente**

RECURSO:

O(a) candidato(a) alega que o conteúdo da questão não consta no Anexo V do Edital que especifica apenas os itens: “Do Provimento; Da Vacância; Da Remoção; e Da Redistribuição; Do Regime Disciplinar”. Alega, ainda, que a questão refere-se ao art. 22, Seção V, da Lei 8.112/1990, que trata da estabilidade do servidor público. Mediante tal argumento, solicita a anulação da questão.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é procedente, pois, ainda que o Edital estabeleça no seu anexo V, **item 1**, como conteúdo obrigatório, a Lei n.º 8.112/1990 “**(com as devidas atualizações)**”, o mesmo item trata apenas das seções “Do Provimento; Da Vacância; Da Remoção; e Da Redistribuição; Do Regime Disciplinar”, não especificando, portanto, a seção V que trata da Estabilidade.

A banca se manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/LEIS/L8112cons.htm>. Acesso: 25 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Comissão Permanente de Seleção (Copese). Concurso público para provimento de cargos efetivos da carreira de técnico-administrativos em educação. Palmas, TO, 2018.

QUESTÃO 19

SITUAÇÃO: **Recursos Procedentes.**

RECURSO:

Os recursos, em sua maioria, alegam que a questão foi elaborada com base em conteúdo não especificado no Edital do Concurso (UFT, 2018), sendo ‘Das Regras Deontológicas’, do Decreto n.º 1.171, de 22 de junho de 1994 (com as devidas atualizações) (BRASIL, 1994). E o especificado foi ‘Dos principais deveres do servidor público e das vedações ao servidor público’.

JUSTIFICATIVA:

A questão foi elaborada com base em conteúdo não especificado no Edital do Concurso, sendo ‘Das Regras Deontológicas’ do Decreto n.º 1.171, de 22 de junho de 1994 (com as devidas atualizações). Desta feita, a banca julga os recursos como procedentes.

A banca se manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n.º 1.171**, de 22 de junho de 1994 (com as devidas atualizações). Brasília, DF, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Comissão Permanente de Seleção (Copese). Concurso público para provimento de cargos efetivos da carreira de técnico-administrativos em educação. Palmas, TO, 2018.

QUESTÃO 20.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O recurso alega que a questão está errada, “Pois no meu entendimento [...] nela fala que a Universidade tem autonomia total seguindo apenas diretrizes”. Solicita a anulação da questão.

JUSTIFICATIVA:

No que tange ao argumento, analisando-se o texto da questão apreender-se-á que não há erro, pois não menciona que a Universidade tenha autonomia total.

Questão 20 (UFT, 2018):

A legislação da educação brasileira dispõe sobre a autonomia das universidades. Quanto ao exercício dessa autonomia, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes.
- (B) Estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.
- (C) Elaborar os planos municipais e estaduais de educação, bem como estabelecer as diretrizes e parâmetros curriculares para a educação básica da região em que se localiza.
- (D) Elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes.

Desta forma fica mantido o gabarito uma vez que o recurso é improcedente.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Comissão Permanente de Seleção (Copese). Concurso público para provimento de cargos efetivos da carreira de técnico-administrativos em educação. Palmas, TO, 2018.

Conhecimentos Específicos - Cargo: Administrador

QUESTÃO 23.

SITUAÇÃO: **Recursos Procedentes.**

RECURSO:

Os recursos relativos a esta questão apresentam duas linhas de argumentação. A primeira afirma que a burocracia não tem pequena amplitude de controle e a segunda de que a burocracia não é caracterizada pela centralização da autoridade. Nestes casos, ambas as solicitações consideram a alternativa “II – a burocracia apresenta centralização da autoridade e pequena amplitude de controle” incorreta, fazendo com que a resposta correta seja a alternativa (A) e não a (B) como consta do gabarito.

JUSTIFICATIVA:

Apesar de não estar explícito na literatura, a burocracia pode ser caracterizada por ter uma estrutura alongada. Isto acontece em decorrência dos vários níveis hierárquicos deste tipo de organização. Sendo assim, por dedução, a burocracia, como definida por Weber, acaba tendo uma pequena amplitude de controle, já que um “chefe” será responsável por um pequeno número de subordinados, se comparado com outras estruturas como a achatada.

No entanto, a burocracia não pode ser caracterizada como tendo centralização de controle, pelo mesmo motivo apresentado anteriormente. O controle é diluído pelos vários “chefes”. O que ocorre é uma centralização da tomada de decisão estratégica e não de controle. Sendo assim, parte dos recursos é procedente.

A resposta do gabarito deve ser alterada para ALTERNATIVA (A).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, I. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MAXIMIANO, A. C. A. *Teoria geral da administração*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, R. O. *Teorias da Administração*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

QUESTÃO 24.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Um recursante alega que a Experiência de Hawthorne, originalmente “tentava explicar especificamente a influencia da iluminação do ambiente na produtividade dos funcionários e não genericamente o ambiente do local de trabalho”. Solicita alteração de gabrito para a alternativa (C).

O outro recursante diz que não é possível afirmar que com os resultados do experimento de Mayo foi possível concluir que as influências do grupo afetam significativamente o comportamento individual como sugerido na questão. A argumentação se dá com base na seguinte afirmação de Chiavenato (1983), “a Teoria Clássica não chegara a perceber que o comportamento dos empregados sofre enorme influência das normas e valores desenvolvidos pelos grupos sociais de que participam.” Solicita alteração de gabrito para a alternativa (B).

JUSTIFICATIVA:

A iluminação é um fator ambiental, compõe o ambiente de trabalho. A primeira das quatro fases do experimento de Mayo buscava verificar a relação entre o nível de iluminação, um fator ambiental, e a produtividade no trabalho. Mayo acreditava que iria confirmar o pensamento em voga na época de que os fatores ambientais eram os responsáveis pela produtividade e motivação para o trabalho dos empregados. Segundo Silva (2002), “as teorias organizacionais da época consideravam racionalmente a parte econômica dos trabalhadores e assumiam que eles eram ‘motivados’ somente por fatores externos.” (p. 203). Assim, apesar de testar os efeitos da iluminação na produtividade na primeira fase, o foco era confirmar os efeitos dos fatores ambientais na produtividade. Desta forma, considera-se improcedente a solicitação.

Quanto à segunda solicitação, a citação escolhida pelo recursante refere-se à Teoria Clássica e não à fase posterior aos estudos de Mayo. O mesmo autor citado, Chiavenato (2003), apresenta como uma das conclusões da experiência de Hawthorne o seguinte:

“Comportamento social dos empregados: O comportamento do indivíduo se apóia totalmente no grupo. Os trabalhadores não agem ou reagem isoladamente como indivíduos, mas como membros de grupos.” (p. 106).

Já Silva (2009) afirma que “a experiência em Hawthorne, como um todo, permitiu chegar a algumas conclusões de relativa importância” e cita, entre outras, “o grupo exercia enorme poder sobre o indivíduo, isto é, o comportamento do indivíduo era fortemente afetado pelas diretrizes estabelecidas pelo grupo.” (p. 209). Sendo assim, considera-se a solicitação improcedente.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, I. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SILVA, R. O. *Teorias da Administração*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

QUESTÃO 27.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Um dos recursos relativos a esta questão afirma que remuneração e salário são conceitos diferentes e que não encontrou na literatura a referência a remuneração como sendo um fator higiênico, somente o termo salário.

O outro recurso solicita a anulação da questão e afirma que supervisão não é um fator higiênico e faz referência ao livro de Maximiano, *Administração para concursos*, onde consta como fator higiênico o comportamento do chefe.

JUSTIFICATIVA:

Quanto à primeira solicitação, vale ressaltar o que diz o art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, sobre remuneração: “Art. 457 - Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.” (BRASIL, 1943).

Sendo o salário parte da remuneração, este último pode ser compreendido como um fator higiênico. Segundo Maximiano (2012), os fatores relacionados com as condições de trabalho são chamados fatores extrínsecos ou higiênicos. “Os fatores higiênicos criam o clima psicológico e material saudável e influenciam a satisfação com as condições dentro das quais o trabalho é realizado.” (MAXIMIANO, 2012, p. 273). Sendo assim, tanto o salário como toda a remuneração são fatores extrínsecos ao indivíduo, devendo assim ser reconhecidos como fatores higiênicos. Desta forma, considera-se a solicitação improcedente.

A outra solicitação afirma que “supervisão” não é um fator higiênico, mas cita um autor que inclui o “comportamento do chefe” como fator higiênico. Neste caso, “supervisão” e “comportamento do chefe” podem ser considerados como tendo o mesmo significado. Além disso, vários autores incluem o termo “supervisão” como sendo um fator higiênico. (MAXIMIANO, 2012, p. 272; LACOMBE e HEILBORN, 2003, p. 332; CASADO, 2002, p. 254). Sendo assim, considera-se a solicitação improcedente.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Decreto-lei no 5.452, de 1 de maio de 1943*. Aprova a consolidação das leis do trabalho. 1943.

CHIAVENATO, I. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CASADO, T. A motivação e o trabalho. In: FLEURY, M. T. L. (coord.). *As pessoas na organização*. São Paulo, Editora Gente, 2002.

MAXIMIANO, A. C. A. *Teoria geral da administração*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, R. O. *Teorias da Administração*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

QUESTÃO 29.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Dentre os recursos apresentados existem duas argumentações: a primeira defende que “normas de conduta” não compõem a organização informal; a outra acredita que “tecnologia” é um elemento da organização informal. Nestes casos, os pedidos são para a anulação da questão e/ou alteração do gabarito para alternativa (C).

JUSTIFICATIVA:

Organização informal é “o conjunto de grupos espontâneos que existe em toda organização e que condiciona fortemente o comportamento de seus membros” (CHIAVENATO, 2003, p. 113). Esta se contrapõe ao conceito de organização formal, pois leva em consideração as interações entre as pessoas, seus sentimentos, interesses e motivações.

Conforme Maximiano (2012, p. 23), autor citado em um dos recursos, são “componentes da organização formal:

- os objetivos,
- a tecnologia,
- a estrutura,
- as competências, e
- os equipamentos.

Já os componentes da organização informal são:

- as normas de conduta,
- os grupos informais,
- a cultura organizacional,
- os sentimentos e o clima organizacional,
- o conflito e cooperação,
- o poder e política, e
- a ética e valores”.

O mesmo autor define “normas de conduta” como sendo as “regras implícitas ou explícitas, criadas por grupos, que determinam o comportamento dos indivíduos”. (MAXIMIANO, 2012, p. 224).

Normas de conduta não são as normas formais da empresa caracterizadas por regulamentos, códigos, manuais e outros documentos escritos. As normas de conduta são geradas por grupos e não pela empresa, sendo parte da organização informal. Como apresentado acima na definição, elas podem inclusive ser implícitas, ou seja, nem mesmo verbalizadas. Entretanto, elas existem e condicionam o comportamento dos indivíduos.

Maximiano (2012) inclui a tecnologia como um elemento da organização formal. Mesmo que se leve em consideração a inclusão da tecnologia em um sistema tecnológico distinto, como feito no enfoque sistêmico (não relacionado com a questão), o enunciado pede que seja assinalado a alternativa que NÃO apresenta um elemento da organização informal. Sendo assim, a resposta certa é “tecnologia”, alternativa (B).

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, I. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MAXIMIANO, A. C. A. *Teoria geral da administração*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

QUESTÃO 30.

SITUAÇÃO: **Recursos Procedentes.**

RECURSO:

Os recursos solicitam a alteração da resposta correta de (B) para a alternativa (D). Argumentam que o controle de projeto é feito em todas as fases do projeto, inclusive na fase de conclusão. Segue partes dos argumentos apresentados:

- “A fase de controle segundo Vargas (1998), acontece paralelamente ao planejamento operacional e à execução do projeto. Tem como objetivo controlar e acompanhar o que está sendo realizado pelo projeto, de modo a propor ações corretivas e preventivas no menor espaço de tempo possível, após a detecção da anormalidade.” E “O CONTROLE DO PROJETO É REALIZADO NA FASE DE CONCLUSÃO para que seja verificado se tudo ocorreu conforme o planejado”.

- “Ainda de acordo com o guia, o controle é algo que precisa estar presente em todas as fases do projeto, iniciando na fase de concepção, com aumento na fase de estruturação e execução, decaindo na fase de conclusão e finalizando com o término do projeto, mas sempre presente de forma que o monitoramento do projeto seja constante.”

O controle ou monitoramento é uma atividade realizada durante a execução do projeto com o objetivo de monitorar o seu andamento e, caso as atividades realizadas não estejam de acordo com o planejado, ações corretivas podem ocorrer. Assim, o controle deve ser realizado concomitantemente à execução do projeto.

Quando a fase de execução é encerrada, inicia-se, dentre outras atividades, a avaliação do projeto, com o objetivo de identificar se o mesmo foi ou não bem sucedido e identificar novas possibilidades para futuros projetos. Assim, parece existir uma confusão entre os conceitos de “controle” e “avaliação”. Maximiano (2000, p. 506) ilustra as fases de um projeto, conforme a Figura 1.

Segundo Clements e Guido (2013, p. 8), durante a fase de realização ou execução “o progresso do projeto é monitorado e controlado para garantir que o trabalho permaneça dentro da programação e do orçamento.” Os autores continuam dizendo que na fase de encerramento ou de conclusão, “avaliações do projeto são conduzidas, lições aprendidas são identificadas e documentadas para ajudar a melhorar o desempenho em futuros projetos”.

Fig. 1 – Fases de projeto



Apesar do entendimento de que controle é diferente de avaliação e o que acontece na fase de conclusão é a avaliação do projeto, encontramos no Guia PMBOK, citado por um candidato, a seguinte afirmação “o monitoramento é um aspecto do gerenciamento executado do início ao término do projeto” (p. 88). A mesma publicação define processos de monitoramento e controle como sendo “os processos exigidos para acompanhar, analisar e controlar o progresso e desempenho do projeto, identificar quaisquer áreas nas quais serão necessárias mudanças de plano, e iniciar as mudanças correspondentes” (p. 49). Aparentemente, nesta publicação, controle e monitoramento e avaliação são sinônimos.

Desta forma, diante de visões controversas sobre o assunto, é possível, dependendo da literatura acessada, aceitar uma ou outra opção como correta.

Sendo assim, considera-se procedentes os recursos, e pelo fato de ser possível encontrar diferentes pontos de vista na literatura sobre a matéria, a questão deve ser **ANULADA**.

A Banca se manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CLEMENTS, J. P., GIDO, J. *Gestão de projetos*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Guia PMBOK: Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos. 5.ed. Project Management Institute, 2013.

MAXIMIANO, A. C. A. *Introdução à administração*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

QUESTÃO 33.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O recorrente solicita a anulação da questão por entender que as alternativas (C) e (D) estariam corretas. Dentre os argumentos, menciona que “ A questão não está errada em si, habilidades conceituais são perfeitamente exigidas em níveis operacionais, contudo não da mesma forma que conhecimento técnico, por isso a questão é verdadeira.” e “No nível operacional exige-se habilidades conceituais como a leitura de cenários complexos, claro, menos que no nível tático por exemplo. Como a questão D não mensurar se o nível operacional e mais ou menos, não há erro e por isso também está perfeitamente correta.”

JUSTIFICATIVA:

O próprio recorrente reconhece “**A questão não está errada em si, habilidades conceituais são perfeitamente exigidas em níveis operacionais**”. Em todas as alternativas, fica claro o posicionamento que relaciona, em específico, as habilidades MAIS demandadas em cada um dos níveis hierárquicos, quer sejam: habilidades técnicas (vinculadas às operações, por exemplo, operar uma máquina, utilizar um software), habilidades humanas (vinculadas mais fortemente aos cargos de gerenciamento, ou que envolvam aspectos de motivação, comunicação, liderança etc) e as habilidades conceituais (que alinham-se à compreensão de elementos mais complexos, como por exemplo, compreender o impacto da variação cambial no preço de commodities, reflexos da globalização em mercados periféricos, etc.).

Em outro comentário, o candidato confunde as habilidades e o próprio sentido da palavra, quando aponta “**Imagine um gerente de mecânica de carros que não tem nenhum conhecimento concritual (sic) sobre o funcionamento do motor ou que não tem noção de que em um cenário complexo de economia em crise ele poderá vender menos e conseqüentemente comprar menos evitando prejuízos.**

Sem esses conhecimentos ele não poderia liderar senão chegaria a falência facilmente". O conhecimento sobre o funcionamento do motor é imprescindível, mas refere-se a uma questão de ordem técnica. Segundo Silva (2002, p. 15), "habilidades técnicas – aquelas relacionadas ao desempenho de funções ou trabalhos especializados dentro da organização; consistem no conhecimento, nos métodos técnicos e nos equipamentos para a realização de tarefas específicas". Em contrapartida, as habilidades conceituais segundo Silva (op. cit.) são "as relacionadas à capacidade de ver a empresa de maneira total; consistem na capacidade de compreender as complexidades da organização, de modo global, e promover o ajustamento do comportamento dos participantes da organização".

Desta forma, fica mantido o gabarito uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, I. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SILVA, R. O. *Teorias da Administração*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

QUESTÃO 34.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Os recursantes solicitam a anulação da questão por entenderem que não há alternativa correta. Argumentam, em síntese, que:

1. a afirmativa III é incorreta . Alega que "Para Chiavenato(2005,p.63) missão funciona como o propósito orientador para as atividades da organização e para aglutinar os esforços dos seus membros. Serve para clarificar e comunicar os objetivos da organização, seus valores básicos e a estratégia organizacional." ; que "Segundo Oliveira (2005), a missão também deve satisfazer o ambiente externo, ou seja, oferecer algo que responda a sua ansiedade." E ainda "[...] ou seja, em nenhum momento a interpretação do texto afirma veementemente que a MISSÃO É ALGO IMUTAVEL, afirma tão somente que não deve ser alterada com frequência relacionada á toda mudança na economia o que não ficou explícito no item III, induzindo o candidato ao erro [...]";
2. a expressão "lapso temporal" não está com emprego adequado na afirmativa I.

JUSTIFICATIVA:

Há equívoco na instrução do recurso impretrado pelo(a) candidato(a), visto que as questão não sugere que se decore um conceito, ou mesmo que seja repetido um texto inserido em alguma publicação. É necessário observar que as assertivas expostas na questão são muito claras. O(a) candidato(a) afirma: "ou seja, em nenhum momento a interpretação do texto afirma veementemente que a MISSÃO É ALGO IMUTAVEL, afirma tão somente que não deve ser alterada com frequência relacionada á toda mudança na economia o que não ficou explícito no item III, induzindo o candidato ao erro pois a mesma foi tirada do

contexto da visão destes autores”. Estranhamente, as afirmativas não mencionam que a missão seja imutável, mencionando apenas questões pertinentes a cada um dos conceitos ora listados. Reafirmando as assertivas, segundo Lobato et. Al (2012) considera-se:

Visão – é a explicação do que se idealiza para a organização.

Missão – é a expressão da razão de existência da organização.

Valores – crenças básicas para a tomada de decisão na empresa.

Vale ressaltar que a palavra vocação, usada no contexto da missão, fundamenta-se no fato de que a empresa, mesmo que mude sua linha de produtos ou mesmo seus objetivos, não vai deixar de ser o que é, não vai perder a sua essência.

Quanto ao segundo argumento, não há muito o que comentar, pois o lapso temporal, diz respeito ao prazo em que a organização pretende alcançar aquilo que almeja, considerando que a visão é a explicação do que se idealiza, deve contemplar o tempo em que esse “sonho” deve se realizar. Sendo assim, as solicitações são improcedentes.

Desta forma, fica mantido o gabarito uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LOBATO, David. Gestão Estratégica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

QUESTÃO 35.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Há recursos que solicitam alteração de gabarito para a alternativa (A), para a alternativa (D) e/ou anulação da questão. Argumentam, em síntese, que:

1. “O aprendizado e crescimento organizacional provêm de três principais fontes: as pessoas, os sistemas e os procedimentos organizacionais,(ativos intangíveis) para que estas fontes trabalhem e contribuam de forma eficiente, é necessário que as empresas invistam em capacitação de funcionário, reciclagem de tecnologia e informação e de sistema...”, tornando assim a primeira parte da 2ª alternativa falsa (a perspectiva da aprendizagem refere-se a aspectos relacionados à pesquisa e desenvolvimento de novos produtos/serviços)
2. a penúltima afirmativa está parcialmente incorreta podendo induzir o candidato ao erro;
3. que os relatórios dos serviços de atendimento ao cliente são ferramentas utilizadas na perspectiva de “Clientes” e não na perspectiva de “Processos Internos”;
4. que “aspectos relacionados à pesquisa e desenvolvimento de novos produtos/serviços não tem relação com a perspectiva de aprendizagem, como foi apontado como verdadeiro na questão. Essas características estão relacionados à perspectiva processos internos da empresa.”

JUSTIFICATIVA:

Em relação ao primeiro argumento, não fica claro o postulado, mas a alternativa citada (2ª alternativa), traz em seu bojo, com correção, apontamentos sobre a perspectiva de aprendizagem. Esta, segundo Lobato et. Al (2012), consiste em analisar o negócio do ponto de vista daquilo que é básico para alcançar o futuro com sucesso, considera as pessoas pela capacidade, competência, motivação, empowerment, bem como os investimentos no seu futuro; essa perspectiva garante a solidez e constitui o valor fundamental para as organizações de futuro. Na questão, foi trazida a assertiva: a Perspectiva da Aprendizagem refere-se a aspectos relacionados à pesquisa e desenvolvimento de novos produtos/serviços e, sobretudo, ao desenvolvimento de competências dos recursos humanos e a transferência de conhecimento para a organização. Como se percebe, não há equívoco na proposição. O segundo argumento é improcedente em função de sua consistência. As reclamações, via de regra, são fruto de erros de interpretação, escapando a questões formais/conceituais.

Quanto ao argumento que menciona confusão, citando indução ao erro, não procede, pois as informações que auxiliarão o processo decisório, com vistas às melhorias dos processos são obtidas entre outras, a partir dos relatórios de avaliação dos clientes, que são, indubitavelmente, um termômetro da qualidade dos processos da organização.

E ainda, aplicando-se a todos os recursos, tem-se:

- A perspectiva financeira envolve os indicadores e as medidas financeiras e contábeis e permite avaliar a organização em relação à lucratividade e ao retorno sobre o investimento.
- A perspectiva dos processos internos inclui indicadores sobre a qualidade intrínseca aos produtos e processos, inovação, criatividade, capacidade de produção, alinhamento com as demandas, logística, qualidade das informações, da comunicação interna e das interfaces.
- A perspectiva de clientes inclui indicadores e medidas como satisfação, participação no mercado, retenção de clientes e aquisição de clientes potenciais.
- A perspectiva da aprendizagem e crescimento organizacional consiste em analisar o negócio do ponto de vista daquilo que é básico para alcançar o futuro com sucesso, considera as pessoas pela capacidade, competência, motivação, empowerment, bem como os investimentos no seu futuro; essa perspectiva garante a solidez e constitui o valor fundamental para as organizações de futuro.

Desta forma, fica mantido o gabarito uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LOBATO, David. Gestão Estratégica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

QUESTÃO 37.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O recursante afirma que a alternativa IV também está correta, pois correspondem ao objetivo do sistema de informação em uma organização. Assim, todas as afirmativas estariam corretas.

JUSTIFICATIVA:

O candidato tem razão quando cita que a assertiva IV está correta, mas isso não contribui para a alteração do gabarito, pois não é correta a afirmativa III, que diz “III. Um sistema de informação é aquele que necessariamente utiliza recursos de tecnologia da informação e assim processa e/ou gera informações relevantes”, pois existem, historicamente, sistemas de informação que funcionam à margem da tecnologia da informação.

Desta forma fica mantido o gabarito uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LAUDON, Kenneth, LAUDON, Jane. Sistemas de informação gerenciais. – 9. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

QUESTÃO 39.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Em síntese, os recursantes argumentam que:

1. o termo usado “pode ser vista” tornou as questões com alto grau de subjetividade, tornando o ponto de vista como elemento para classificar o que é qualidade e o que não é. Solicita a anulação da questão;
2. “conforme o enunciado estabelece, OBJETIVAMENTE não há conceitos errados sobre OS diferentes prismas. Nesses aspectos todas as questões deveriam estar corretas, embora não houvesse esta opção nas alternativas a serem selecionadas. Considerar impossibilidade de mensuração somente no pós-venda careceria-se ter sido estabelecidos critérios de avaliação, o que não ocorreu. Dessa forma, quaisquer das opções deveriam necessariamente serem consideradas corretas;
3. “há uma farta bibliografia definindo que Qualidade pode ser vista como a verificação dos defeitos do produto na relação pós-venda”. Assim, solicita a anulação da questão pois todas as afirmações seriam verdadeiras.

JUSTIFICATIVA:

O conceito de Qualidade é bastante abrangente. Na estrutura da questão, entretanto, fica claro que cada assertiva se encerra em si, o que torna incorreta a afirmação III – “Qualidade pode ser vista como a verificação dos defeitos do produto na relação pós-venda”. Nesse caso, a abordagem da Qualidade, seria extremamente restrita. Qualidade, na perspectiva da Gestão, é muito mais do que isso, estando além de uma ação reativa que, ao final de um processo, verifica se o produto/serviço estava em conformidade com as expectativas dos clientes.

Desta forma fica mantido gabarito visto que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FERREIRA, J. J. A., Modelos normalizados de sistemas de gestão. In: CARVALHO, M.M.; PALADINI, E. P.; (Org.). Gestão da qualidade: teoria e casos. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus, v. 1.

QUESTÃO 40.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Os recorrentes solicitam:

1. alteração do gabarito de alternativa (D) para alternativa (C) pois a afirmativa IV estaria incorreta;
2. anulação da questão pois as afirmativas corretas seriam I, III e IV e nenhuma das alternativas corresponde a essa opção;
3. alteração do gabarito de alternativa (D) para alternativa (A) pois a afirmativa I estaria incorreta.

JUSTIFICATIVA:

O conceito de sociedade do conhecimento ou sociedade da informação, formulado em 1962, por Fritz Machlup, refere-se à emergência de um novo campo: o da produção do conhecimento. Nesse campo, o saber ocupa o papel central, acompanhado de uma nova classe de trabalhadores, a dos trabalhadores do conhecimento (Araújo, 1996 e Malin, 1994). Colaborando ainda com a compreensão da assertiva IV, é preciso refletir sobre a evolução dos meios de comunicação, sobretudo o advento da Internet. Nesse sentido, a comunicação organizacional é uma ferramenta fundamental para que as empresas e organizações consigam ser bem-sucedidas. As capacidades de compartilhamento, em tempo real, de mensagens e informações, e de conversão das informações em conhecimento são, na atualidade, as competências mais vitais para qualquer organização.

Em relação a assertiva II, é importante ressaltar que a cultura organizacional “é o conjunto de hábitos e crenças, estabelecidos por normas, valores, atitudes e expectativas, compartilhado por todos os membros

da organização. Ela se refere ao sistema de significados compartilhados por todos os membros e que distingue uma organização das demais” (CHIAVENATO 2004, p. 165). Em função disso, é possível identificar aspectos importantíssimos sobre o funcionamento de uma organização, inclusive o grau de interação entre os seus participantes e a maneira como os processos relacionados ao conhecimento – do indivíduo e, sobretudo, o organizacional, funcionam.

Segundo Chiavenato (2003), clima organizacional envolve uma visão mais ampla e flexível da influência ambiental sobre a motivação. É a qualidade ou propriedade do ambiente organizacional que é percebida ou experimentada pelos membros da organização e influência no seu comportamento. Refere-se ao ambiente interno existente entre as pessoas que convivem no meio organizacional e está relacionado com o grau de motivação de seus participantes. Ou seja, não há equívoco na assertiva I, pois as condições de trabalho estão intrinsecamente ligadas à percepção que os colaboradores têm sobre a organização, que é o objeto central de estudos ligados à compreensão do Clima Organizacional.

Desta forma, fica mantida uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 7. ed, 2003

_____. CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Conhecimentos Específicos - Cargo: Analista de Tecnologia da Informação

QUESTÃO 23.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Os recorrentes afirmam que;

- (1) a questão apresenta conceitos de história da arquitetura da computação, o que não está contido no edital e;
- (2) a alternativa (C) está correta, visto que o barramento faz parte da arquitetura de Von Neumann.

JUSTIFICATIVA:

Segundo o ANEXO 5, subseção 2.4.1 Analista de Tecnologia da Informação (página 35) do edital N° 01/2018 – UFT/PROGEDEP/COPESE, DE 27 DE MARÇO DE 2018, pede-se conhecimentos de Organização e Arquitetura de Computadores, logo a arquitetura de Von Neumann faz parte do conteúdo programático. Em relação aos componentes da arquitetura de Von Neumann, destaca-se que esta é composta

por Memória Principal (também chamada apenas de Memória por alguns autores), Unidade Central de Processamento (que se divide em Unidade Lógica e Aritmética (ULA) e Unidade de Controle do Programa (UC)) e Equipamento de Entrada/Saída (também chamados de Dispositivos de Entrada/Saída, por alguns autores). O Barramento interliga os componentes da Arquitetura de Von Neumann, mas não é descrito, pela maioria dos autores, como um componente da arquitetura.

Dessa forma, fica mantido o gabarito visto que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

William Stallings, Arquitetura e Organização de Computadores, 8ª edição, Pearson Pratices Hall, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Comissão Permanente de Seleção (Copese). Concurso público para provimento de cargos efetivos da carreira de técnico-administrativos em educação. Palmas, TO, 2018.

QUESTÃO 25.

SITUAÇÃO: **Recurso Procedente.**

RECURSO:

O recurso afirma que (1) a alternativa (B) não seria inédita, logo a questão deve ser anulada e (2) a alternativa (A) também está incorreta, pois no UNIX existe um “grupo de processos” e não uma hierarquia de processos, como dito na alternativa. Além disso, segundo o recurso, os processos do Windows são organizados implicitamente de forma hierárquica.

JUSTIFICATIVA:

O conteúdo da alternativa (B) foi baseado no Capítulo 2, seção 2.1.5 do livro de referência [1]. Além disso, é um conteúdo padrão e pertinente ao assunto tratado, podendo haver similaridades. Logo, não configura plágio, nem motivo de anulação de questão. Em relação ao segundo questionamento, Tenenbaum [1] afirma “No UNIX, um processo, todos os seus filhos e descendentes formam um grupo de processos.” Apesar do conteúdo restante destacar que pode ser considerado uma hierarquia, é válida a argumentação. Já em relação ao fato dos processos do Windows serem organizados de forma hierárquica, Tenenbaum [1] afirma que “o Windows não apresenta nenhum conceito de hierarquia de processos”. De qualquer forma, considerando a abordagem de Tenenbaum referente ao termo “grupo de processos” e não “hierarquia de processos”, o recurso é considerado procedente.

A banca de manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1] Andrew S. Tenenbaum, Sistemas Operacionais Modernos, 3ª edição, Pearson Prentice Hall, 2009.

QUESTÃO 26.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Os recursos afirmam que (1) a alternativa B pode ser considerada correta, pois pares trançados com blindagem é melhor blindado que o cabo coaxial; (2) as alternativas (A) e (C) não seriam inéditas; (3) a alternativa (C) está incorreta, pois o cabo de fibra ótica pode ser feito de plástico extrudido, permitindo uma melhor curvatura, porém com perda de qualidade.

JUSTIFICATIVA:

Segundo Tenenbaum [1], o “cabo coaxial tem melhor blindagem que os pares trançados, podendo se estender por distâncias mais longas em velocidades MAIS ALTAS”. Logo a alternativa B está incorreta, visto que afirma que a velocidade do cabo coaxial é mais baixa que a velocidade do par trançado. Já em relação as alternativas (A) e (C), ressalta-se que as informações foram retiradas do livro [1] e, como trata-se de um livro extremamente utilizado na área e de conteúdo comum, pode-se haver similaridades. Por exemplo, a alternativa (A) foi retirada da página 59 do livro de referência, que diz “Os pares trançados podem ser usados na transmissão de sinais analógicos e digitais”. Já a alternativa (C) foi obtida por meio de trechos contidos na seção 2.2.5 do livro de referência. Por fim, em relação a alternativa (C), fica claro que se trata de cabo de fibra ótica feito de vidro, o que segundo [1] faz com que as fibras possam ser danificadas com facilidade, se forem encurvadas demais (página 64 do livro de referência).

Dessa forma, fica mantido o gabarito, visto que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1] Andrew S. Tanenbaum e David Wetherall, Redes de Computadores, Pearson Prentice Hall, 2011.

QUESTÃO 27.

SITUAÇÃO: **Recursos Procedentes**

RECURSO:

Alguns recursantes afirmam que a alternativa (D) também está incorreta, pois, atualmente, as taxas de dados das redes de celulares já estão maiores que 1 Mbps, diferente do que foi afirmado na alternativa. Solicitam a anulação pois duas alternativas estariam corretas. Outro recursante afirma que a alternativa A abre preceito para a interpretação de que “a rede LAN possui um tempo de transmissão reduzido, no qual ao final irá se esgotar e a rede não funcionará mais. Logo, nessa linha de raciocínio entende-se que ao configurar uma rede LAN existirá um contador de tempo de transmissão que irá zerar ao final do contador,

desabilitando a rede.” Por fim, um recursante afirma que a alternativa (C) não é inédita e outro questiona a utilização do termo “subdividida” relacionando LAN e VLANs na alternativa (B).

JUSTIFICATIVA:

Apesar de Tenenbaum [1] afirmar que as taxas de dados das redes de celulares estão na ordem de 1 Mbps, foram desenvolvidas novas tecnologias de redes de celulares que atingem taxas maiores. Logo, o recurso é considerado procedente pois a alternativa (D) também está incorreta. Em relação a alternativa (A), ela é clara e não abre preceito para interpretações, pois está relacionada com o fato das LANs terem tamanho limitado (ver página 12 do livro de referência). A alternativa (C) foi criada a partir do Capítulo 1, seção 1.2.4, do livro de referência, o qual é o livro texto da área, podendo haver similaridades. Por fim, o termo “subdividida” não interfere no entendimento da alternativa e é utilizado com frequência na área.

A banca se manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1] Andrew S. Tanenbaum e David Wetherall, Redes de Computadores, Pearson Prentice Hall, 2011.

QUESTÃO 28.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

Os recursos afirmam, em síntese, que (1) a assertiva I está incorreta, pois o modelo TCP/IP possui as seguintes camadas (A) Aplicação, Transporte, Inter-redes (Rede), Host/rede; (B) Aplicação, Transporte, Internet e Rede; (C) Aplicação, Transporte, Internet e Acesso à rede; (D) Aplicação, Transporte, Rede (ou Internet), Enlace e Física e (2) as assertivas III e IV não seriam inéditas.

JUSTIFICATIVA:

É fato que é possível encontrar diferentes nomenclaturas para as camadas do modelo TCP/IP, porém a RFC1122 que primeiro descreveu o modelo TCP/IP (em 1989) aborda as quatro camadas: Aplicação, Transporte, Internet e Enlace. Além disso, Tenenbaum [1], um dos autores mais conceituados na área, corrobora com essa afirmação. Já em relação as assertivas III e IV, ressalta-se que as informações foram retiradas do Capítulo 1, seção 1.4.2, do livro [1] e, como trata-se de um livro extremamente utilizado na área e de conteúdo comum, pode-se haver similaridades. Por exemplo, na página 28 encontra-se a informação referente envio de pacotes individuais de um nó origem a um nó destino, cuja função é da camada de Internet e não da camada de Transporte, conforme afirma-se na alternativa para torná-la incorreta. Já na página 29 afirma-se que os protocolos DNS e TELNET pertencem a camada de Aplicação, logo, trocou-se apenas a camada para tornar a questão incorreta.

Desta forma, fica mantido o gabarito uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1] Andrew S. Tanenbaum e David Wetherall, Redes de Computadores, Pearson Prentice Hall, 2011.

QUESTÃO 32.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato alega que só existe um método de Redes Neurais Artificiais que pode ser utilizado na implementação de métodos de Mineração de Dados, contrariando o descrito na assertiva III. No entanto, o candidato não faz solicitação de anulação da questão ou modificação de alternativa.

JUSTIFICATIVA:

A assertiva III afirma que “Diversos modelos de Redes Neurais podem ser utilizados na implementação de métodos de Mineração de Dados.” Classificação, Regressão, Previsão de Séries Temporais e Clusterização são exemplos de tarefas de Mineração de Dados que podem ser implementadas por métodos de Redes Neurais. Goldschmidt e Passos (2005), destacam, ainda, que alguns modelos de Redes Neurais podem ser aplicados em mais de um tipo de tarefa de Mineração.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Goldschmidt, R.; Passos, E. Data Mining: um guia prático. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

QUESTÃO 33.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato alega que a questão considera que redes neurais artificiais não são métodos de mineração de dados que pode ser aplicado à tarefa de Knowledge Discovery in Databases (KDD) de descoberta de associações. Entretanto, a utilização de redes neurais pode ser considerado como um método de mineração de dados. Solicita a anulação da questão por não possuir alternativa correta.

JUSTIFICATIVA:

O enunciado da questão afirma que “São métodos de mineração de dados que podem ser aplicados a tarefa de KDD de descoberta de associações, exceto”. Desta maneira, considerando o enunciado da questão e sua assertiva correta, afirma-se que as redes neurais não são métodos de mineração de dado aplicados especificamente à tarefa de KDD de descoberta de associações. As redes neurais são métodos de mineração de dados usualmente aplicados à tarefas KDD como: classificação, regressão e previsão de séries temporais. No caso da tarefa de KDD descoberta de associações, os métodos de mineração de dados frequentemente utilizados são: Basic, Apriori, DHP, Partition, DIC, ASCX-2P.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Goldschmidt, R.; Passos, E. Data Mining: um guia prático. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

QUESTÃO 40.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato alega que a alternativa (A) é apontada pelo gabarito preliminar como correta, porém trata-se de um alternativa incorreta, uma vez que afirma que “O processo de planejar o gerenciamento de riscos consiste em implementar planos acordados de respostas aos riscos” e na etapa de planejamento não há como implementar planos. Solicita a anulação da questão.

JUSTIFICATIVA:

O enunciado da questão solicita que o candidato assinale a alternativa incorreta. Assim, conforme o próprio recursante argumenta, a afirmação contida na alternativa (A) é incorreta e, portanto, essa alternativa responde à questão.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

QUESTÃO 23.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato questiona o uso do papel alcalino ao invés do papel siliconado, solicitando revisão de gabarito provisório.

JUSTIFICATIVA:

Quanto ao uso do papel siliconado junto ao procedimento de higienização e limpeza mecânica de documentação gráfica, até pesquisas e estudos recentes, ainda era uma opção para alguns restauradores e conservadores de documentos, mas em sua maioria optando pelo papel alcalino ou até mesmo por cartolina branca, pois o papel siliconado, dependendo do suporte gráfico, como o papel couche, poderia ser danificado. O papel siliconado tem sido utilizado em alguns arquivos e lugares de guarda permanente, como papel para invólucros e acondicionamentos, mas também não sendo a melhor opção ante as descobertas de novos materiais como o TYVEK, entre outros, como o papel alcalino, que Spinelli (2015) denomina como papel permanente.

Dado que as alternativas (A), (B) e (C) apresentam materiais impróprios para a remoção da sujidade, como a água e solventes, e que papel alcalino entrou recentemente como opção para esse fim, a única alternativa correta é a (D).

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SPINELLI, Jayme (org.) **Manual Técnico de Preservação e Conservação**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, 2015.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Conselho Nacional de Arquivos. Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo**. Rio de Janeiro: O Conselho, 2005.

QUESTÃO 29.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Os recorrentes solicitam a anulação da questão e/ou alteração de gabarito para a alternativa (C). Os questionamentos trazidos pelos recursos são sobre a definição técnica da área de arquivologia. Alegam que ANÁLISE E AVALIAÇÃO seriam sinônimos, e que a sequência colocada como gabarito correto estaria incompleta, pois teria que haver o termo “guarda permanente, sugerindo como sequência correta :Análise, avaliação, seleção, guarda permanente e eliminação.”

JUSTIFICATIVA:

A questão foi elaborada a partir do Decreto nº4.073, de 03 de Janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu artigo 18 diz que:

“Em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal será constituída comissão permanente de avaliação de documentos, que terá a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor.”

Neste decreto, entende-se a análise e avaliação como dois processos diferentes, sendo conceitos complementares, mas não sinônimos. Sendo a análise a primeira etapa de identificação documental, seguida da etapa de avaliação que identifica e atribui valores e define prazos para os documentos de arquivo. (CONARQ, 2005, p. 41, 49 e 132).

Ainda conforme o Decreto nº4.073, de 03 de Janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, assim como em literatura específica da área, entende-se que a guarda permanente é realizada após todas as etapas contidas na sequência demonstrada na alternativa (A), sendo inviável pelos procedimentos técnicos da arquivística, realizar a guarda permanente antes da etapa de eliminação, como sugerido pelo candidato: a) Análise, avaliação, seleção, guarda permanente e eliminação.”

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, M. B.; NEVES, M.E.M.; TEIXEIRA, L. M.D. **Análise arquivística e recomendações sobre documentos de arquivo do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. 2007.

Arquivo Nacional (Brasil) **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005

BRASIL. **Decreto nº4.073**, de 03 de Janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

QUESTÃO 31.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Solicita-se a anulação da questão, pois esta apresentaria duas alternativas possíveis de resposta. Os recorrentes alegam que “Pela perspectiva da digitalização, duas são as opções erradas, a opção B “a redução do volume de documentos destinados a guarda permanente.”, conforme o gabarito preliminar, e a opção D “a garantia de preservação dos documentos originais.”

JUSTIFICATIVA:

Lembrando-se que a questão solicita que se marque a única alternativa INCORRETA. A alternativa (D) é CORRETA, (“a garantia de preservação dos documentos originais”), pois após a mudança do suporte da informação, com novos recursos tecnológicos, como a digitalização, os documentos originais tornam-se preservados de sua possível destruição pelo manuseio constante e, em sua maioria, incorreto. (ARQUIVO NACIONAL, 2011, p. 41).

Assim, a alternativa (B) é a única INCORRETA: (“a redução do volume de documentos destinados a guarda permanente”), em razão de, neste caso, a redução do volume dos documentos está ligada aos documentos destinados a eliminação, mas com prazos de guarda extensos, reduzindo, não apenas os grandes volumes como, o custo de manutenção, e ainda concentrando as informações e facilitando seu manuseio. (ARQUIVO NACIONAL, 2011, p. 41)

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

QUESTÃO 32.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Solicita-se mudança de gabarito, justificando-se que o conceito solicitado na questão se refere ao conceito de Catálogo (Alternativa B) e não a Repertório (Alternativa C), como traz o gabarito provisório. Outro recurso solicita a anulação da questão por entender que o enunciado traz a descrição conjunta de Repertório e Catálogo.

JUSTIFICATIVA:

Conforme o **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**(ARQUIVO NACIONAL, 2005) temos os conceitos:

“Catálogo: Instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica.” (p. 45)

“Repertório: Instrumento de pesquisa no qual são descritos pormenorizadamente documentos pertencentes a um ou mais fundos e/ou coleções, selecionados segundo critérios previamente definidos. (p. 147”)

A questão usa como conceito de Repertório: “instrumento de pesquisa que descreve pormenorizadamente documentos previamente selecionados, pertencentes a um ou mais fundos, segundo um critério temático, cronológico, onomástico ou geográfico”, completando a definição dos critérios previamente definidos no Dicionário (Arquivo Nacional, 2005), mas não expostos no verbete. Critérios estes, até certo ponto, próximos da definição de Catálogo, mas não iguais, conforme pautado na literatura específica como o livro de Paes (2004, pp. 126-138). Isso porque os conceitos são distintos quanto às formas de descrição realizadas. Catálogo é descrição individualizada de forma sumária ou analítica, assim de forma breve, resumida e concisa, diferindo se da descrição realizada em repertório, que somente se faz pormenorizadamente, sendo assim detalhadamente e minuciosamente. Deste modo, não há como ocorrer dúvidas ou possibilidade de igualar tais conceitos na arquivística.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Arquivo Nacional (Brasil) **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

QUESTÃO 35.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

Solicita-se a anulação da questão, por entender que a alternativa (B) também seria “adequada resposta”, posto que não há o que falar em unicidade, sem caracterizar o vínculo orgânico ao documento arquivístico[...].”

JUSTIFICATIVA:

A questão em debate parte do conceito de UNICIDADE presente como característica dos documentos de arquivo, que os diferem dos demais documentos.

O conceito de Unicidade, conforme Arquivo Nacional (2011, p. 11):

“O documento de arquivo é único no conjunto documental de que faz parte, porque o conjunto de suas relações com os demais documentos do grupo é sempre único. Podem existir cópias em um ou mais grupos de documentos, mas cada cópia é única em seu lugar.”

Ainda segundo o Arquivo Nacional (2005, p. 11), o conceito trazido na alternativa (B), refere-se à Organicidade,

“Os documentos de arquivo são produzidos e acumulados em razão das funções e atividades desenvolvidas pelo órgão ou entidade, o que os contextualiza no conjunto a que pertencem. Assim, os documentos de arquivo se caracterizam pelas relações orgânicas que mantêm entre si.”

Resumidamente, a diferenciação conceitual contida na questão reside na forma que tal documento se apresenta único. Na unicidade ele é sempre único e único no conjunto documental. Na organicidade ele faz-se único em suas relações orgânicas que mantêm entre si. Não restando dúvidas sobre qual alternativa é a correta.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARQUIVO NACIONAL (Brasil) **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL) **Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

QUESTÃO 27.

SITUAÇÃO: **Recurso Procedente**

RECURSO:

O recurso apresentado referente a questão em tela, expressa ter duas respostas corretas, a alternativa (A) dada pela banca como correta e alega a alternativa (D) também correta quando afirma que a intervenção do assistente social pautada no Código de Ética de 1993 também se expressa por “*vias instrumentais, trazendo à tona a dimensão técnico-operativa da profissão*”.

JUSTIFICATIVA:

Diante do exposto no recurso, a banca reconsidera a questão, admitindo que os argumentos apresentados estejam corretos, pois a forma como foi expressa a alternativa (D) dá margem para a interpretação feita pelo candidato/a, pois para estar incorreta deveria ter um “exclusivamente” ou “unicamente” na questão.

A Banca se manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROCO, Maria Lúcia S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de serviço social; v. 4)

QUESTÃO 28.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes**

RECURSO:

Os recursos apresentados à referida questão solicitam a anulação da mesma, pois a alternativa correta é que “todas as afirmativas estão corretas” e os/as candidatos/as alegam ter uma resposta incorreta no que diz respeito à atuação profissional do assistente social nos espaços ocupacionais, mais especificamente quanto a “*Instrução de processos sociais, sentenças e decisões, especialmente no campo sóciojurídico*”, alegando não ser competência e nem atribuição privativa do Assistente Social emitir sentenças e decisões judiciais.

JUSTIFICATIVA:

Diante do exposto a banca mantém a alternativa correta, pois **instruir** processos sociais, sentenças e decisões, faz parte da atuação profissional do assistente social, pois instrução não significa “emitir sentença e decidir”, mas sim contribuir com informações para que outros com competência judicial possam fazê-la.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. CFESS/ABEPSS, 2009.

QUESTÃO 32.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Os recursos apresentados solicitam a anulação da questão, pois um/a candidato/a alega que “ [...] a mesma está confusa, mal formulada tornando impossível a compreensão ter uma resposta incorreta” e o/a outro/a afirma ter duas alternativas corretas tanto a alternativa (C) como está apontada no gabarito quanto a alternativa (B), no que diz respeito “[...] o assistente social também se utiliza da sua dimensão teórico-prática, pois o profissional busca nos livros embasamento teórico para mediar sua atuação profissional, e tenta manter apesar das diversas questões que lhe são impostas, à mediação entre teoria e prática, posto que põe em marcha uma reflexão tanto teórica como aponta a alternativa (C) como uma reflexão empírica como salienta a alternativa (B) como já foi exposto acima o assistente social se apropria de experiências positivas como um dos instrumentos para ajudá-lo a refletir sobre as individualidades dos usuários das políticas públicas e intervir nas relações sociais.”.

JUSTIFICATIVA:

Diante do exposto pelos/as candidatos/as primeiramente esclarecemos que a interpretação da questão e compreensão da mesma faz parte da prova, pois se algo é considerado incompreensível pelo/a candidato/a não significa confuso e mal formulado.

Quanto à pertinência da questão no que se refere às duas questões corretas, esclarecemos que a questão envolve não somente o abordado diante da mediação teoria e prática, mas “[...] todo esforço no sentido de reconhecer a sistematização como uma dimensão constitutiva do trabalho do assistente social encerra um conjunto de investimentos de diversas ordens: teórico-metodológico, ético-político, técnico-

instrumental e, sobretudo, sócioocupacional. [...] Lembramos que a reflexão teórica é um componente significativo do trabalho e da formação do assistente social”. (ALMEIDA, 2006, p.6). Portanto, não descartamos a mediação entre teoria e prática estar correta.

Mas em contraposição, destacamos que o restante da alternativa (B) alegada também enquanto correta “[...] posto que põe em marcha uma reflexão empírica, ou seja, mantém e preserva o estatuto histórico-teórico da profissão” se contrapõe claramente com a alternativa certa (C) “[...] posto que põe em marcha uma reflexão teórica, ou seja, revitaliza e atualiza o estatuto teórico da profissão”, pois a alternativa (B) estagna o estatuto teórico da profissão, enquanto que a alternativa (C), correta revigora o mesmo.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da sistematização da prática em Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete et al. (Orgs.) *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Opas: OMS: Ministério da Saúde, 2006.

QUESTÃO 36.

SITUAÇÃO: **Recursos Procedentes.**

RECURSO:

Os/as candidatos/as solicitam a anulação da questão afirmando que há duas alternativas corretas para esta questão, ou seja, as alternativas (B) e (C). Apontam também sobre a redação que não contempla a citação de autores para o texto, referindo-se que a questão contém partes idênticas à obra original.

JUSTIFICATIVA:

Quanto ao argumento de que a resposta teria dúvida interpretação, contemplando também a alternativa (C), coloca-se que ao considerar tal alternativa, esta viria no sentido contrário ao Código de Ética do Assistente Social, que apresenta na página 22: “*É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional*”. (CE, 1993, p. 22).

Ainda considerando os argumentos dos/as candidatos/as da possibilidade de se considerar correta as duas alternativas, o Código de Ética do Assistente Social no Capítulo I - Das Relações com os/as Usuários/as - Art. 5º expressa: “São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as: b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrários aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código” (CE, p.29). Mais uma vez

permanecendo a luz do Código de Ética, é possível apontar para o Art.4º: “É vedado ao/à assistente social: a- transgredir qualquer preceito deste Código, bem como da Lei de Regulamentação da Profissão”. Assim, mais uma vez evidencia-se a inviabilidade de considerar a alternativa (C) como correta, pois está claro em seu enunciado que [...] *poderá intervir junto a estas e outras circunstâncias que se colocam no cotidiano profissional de acordo com seus próprios princípios e valores.*

Em virtude da proximidade da questão com o texto original da obra, a banca considera o **recurso procedente.**

A Banca se manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Código de Ético do Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão – 9ª ed. ver. atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. 60 p.

QUESTÃO 38.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O/a candidato/a solicita a anulação da questão afirmando que NÃO há alternativa correta para esta questão, contrariando o preconizado no edital.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois as alternativas (A), (C) e (D), conforme apontamentos abaixo, apresentam inconformidades como segue:

Alternativa (A) – apresenta-se incorreta, pois ao invés de tratar “[...]dimensões que compõem uma realidade, universal, particular e singular, são partes constitutivas de um mesmo objeto (instituição)”, refere-se a “**objetivo**”, inviabilizando a possibilidade de ser correta, pois o objeto aqui refere-se a “instituição”.

Alternativa (C) - apresenta-se incorreta, pois ao invés de tratar “[...]as dimensões que compõem uma realidade, particular e singular, são partes constitutivas de um mesmo objeto, são sempre articuladas entre si, se auto implicam e se auto explicitam, e a interpretação do objetivo (instituição), portanto além de suprimir uma das dimensões – UNIVERSAL, ainda refere-se a instituição como “**objetivo**” e não objeto.

Alternativa (D) – apresenta-se incorreta, pois ao invés de tratar “[...]são sempre articuladas entre si, se auto implicam e se auto explicitam, e a interpretação do objeto (instituição) tem em vista captá-las”, apresenta-se “[...] **não são** articuladas entre si, se auto implicam e se auto explicitam”, novamente inviabilizando a possibilidade da alternativa estar correta.

Portanto, a única alternativa que se apresenta correta é a alternativa **(B)**, pois conforme Guerra, 2009:

Em toda realidade social, manifestam-se características de âmbito universal, particular e singular. Totalidade indica, pois, que as três dimensões que

compõem uma realidade, universal, particular e singular, são partes constitutivas de um mesmo objeto, são sempre articuladas entre si, se autoimplicam e se autoexplicam, e a interpretação do objeto (instituição) tem em vista captá-las.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GUERRA. Yolanda. A dimensão Investigativa no exercício profissional. In: SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências Profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760 p. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. v. 1)

MORAES. Carlos Antônio de Souza. A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n.122. Temas Emergentes. São Paulo. Cortez Editora. 2015

QUESTÃO 40.

SITUAÇÃO: **Recurso Procedente**

RECURSO:

O/a candidato/a solicita a anulação da questão afirmando não haver alternativa correta, alegando a indispensabilidade de se tratar ainda sobre a necessidade “[...] da constante modernização profissional imposta pelos processos econômicos e políticos (partidários, sindicais, institucionais) que engendram as inovações tecnológicas, enfim de elementos exógenos ao Serviço Social”. Ainda refere-se a semelhança de parte da questão com o texto original da autora.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é procedente, pois apesar das alternativas não abarcarem a amplitude da discussão e esgotá-la (visto a inviabilidade de fazê-lo em um certame), a alternativa (C), em seu texto (*a dicotomia entre teoria e prática, no Serviço Social, não é causa da limitação ou restrição dos profissionais à execução de atividades técnicas, mas decorrência, tanto da forma peculiar pela qual a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho se realiza quanto da cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual*), expressa com clareza a reflexão proposta no enunciado que tem como cerne:

“A dinâmica da realidade, ao negar a prepotência positivista de enquadrar fatos, fenômenos e processos, de integrá-los funcionalmente aos sistemas, põe à luz a ineficácia desse modo de interpretação da realidade, o que acaba produzindo uma falsa ilusão de que ‘para o Serviço Social a teoria, na prática, é outra’. Portanto, esse modo de interpretação da realidade fornece reflexões e explicações demandadas por

intervenções de caráter manipulatório, possibilita homogeneizar procedimentos, definir, separar, controlar variáveis significativas e determinar as funções supostamente cabíveis ao Serviço Social”

Vale ressaltar que a cisão ou o corte entre teoria e prática decorre da forma positivista (conservadora) de interpretar a realidade, o que corresponde ao enunciado da questão, determinando a alternativa (C) como correta e inviabilizando as demais (A) (**coadunação/junção** da teoria e prática no Serviço Social é **a causa da limitação**), (B) (**dicotomia/cisão** da teoria e prática no Serviço Social é **a causa da ampliação**) e (D) (**dicotomia/cisão** da teoria e prática no Serviço Social é **decorrência da ampliação**).

Em virtude da proximidade da questão com o texto original da autora, a banca considera o **recurso procedente**.

A Banca se manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez Ed., 1995

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é outra? Mitos e Dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e Técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

Conhecimentos Específicos - Cargo: Bibliotecário - Documentalista

QUESTÃO 25.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Um recorrente solicita anulação da questão e alega que o advérbio de tempo “mais tarde”, pode gerar uma interpretação equivocada pois “[...] dá a entender que para se realizar estudos em bibliotecas universitárias é necessário antes realizar os estudos sobre padrões e hábitos de leitura e bibliotecas públicas...”

Outro alega que “[...] a questão não tem base bibliográfica e tem caráter subjetivo, sem base em lugar nenhum”.

JUSTIFICATIVA:

Os pleitos são improcedentes, pois o argumento de que a pesquisa em biblioteconomia só começa a pesquisar a biblioteca universitária de maneira “mais tarde” é recorrente na literatura; e o argumento de que os bibliotecários são relutantes em submeter os dados do cotidiano profissional à análise quantitativa e rigorosa é corroborado por Oliveira (2003).

Desta forma fica mantido o gabarito uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

OLIVEIRA, E. F. Revendo o debate quantidade-qualidade: tendências da pesquisa na biblioteconomia e ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 53-62, jan./abr. 2003.

QUESTÃO 26.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato recorrente solicita a anulação da questão e alega que “[...] A alternativa (A) da questão 26 coloca uma sentença afirmativa, imperativa e positiva, no que concerne à questão do planejamento das bibliotecas. Dentro do contexto exposto no início da questão, o planejamento é função de todos os membros de uma organização. O planejamento estratégico tem como escopo toda a organização, estabelecendo o envolvimento de todas as pessoas nesse planejamento.”

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois a biblioteca, e todos os indivíduos de uma instituição, participam do planejamento, mas não o desenvolvem em nível estratégico. Este nível é reservado para a gestão superior.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

QUESTÃO 31.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato recorrente alega que “[...] Entrevistas e observações são exemplos de métodos utilizados em pesquisas quantitativas e qualitativas também.”

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois o comando da questão não é sobre metodologia científica geral, mas sobre os métodos utilizados pela categoria “estudo de usuários”. Para Baptista e Cunha (2007) somente

questionários podem ser quali-quantitativos. Entrevistas e observações são métodos qualitativos de estudo de usuários.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAPTISTA, S.; CUNHA, M. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 168-184, maio/ago. 2007.

QUESTÃO 32.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato recorrente afirma que duas alternativas estariam corretas e solicita a anulação da questão.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois não há duas alternativas corretas. Somente a alternativa (A) está correta. Além de uniformidade e economicidade a atualidade é uma qualidade importante na elaboração de catálogos; AACR2R é um código de catalogação, enquanto os FRBRs não são. Além disso, a catalogação é composta de três, e não de apenas duas partes: descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MEY, E.; SILVEIRA, N. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

QUESTÃO 33.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato recorrente alega que “[...] O sinal de adição ou coordenação (+) é utilizado tanto pela CDD quanto pela CDU. Na CDD o sinal + significa Espada - Remete para notas de rodapé, e na CDU o sinal + remete a Adição”.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente. O candidato confunde os conceitos atribuídos para o mesmo símbolo. Na CDU o sinal (+) é denominado de “adição ou coordenação” e indica adição, enquanto na CDD o mesmo sinal recebe outro nome e outra função.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DEWEY, M. **Sistema de Clasificación Decimal Dewey e Índice relativo**. Bogotá: Octavio Rojas, 2000.
SOUZA, S. **CDU: como entender e utilizar a 2ª edição-padrão internacional em língua portuguesa**. Brasília: Thesaurus, 2009.

QUESTÃO 36.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Os recursantes solicitam a anulação da questão e alegam que estaria incompleta e ambígua “[...] tendo em vista que o Marketing da Informação e a disseminação seletiva da informação muito se assemelham, pois partem de um pressuposto comum [...] deveria estar mais contextualizado.”

JUSTIFICATIVA:

Os pleitos são improcedentes. A questão tem todas as informações necessárias para bem avaliar as alternativas. Argumenta-se que marketing da informação e disseminação seletiva da informação são conceitos aproximados e por isso solicita-se uma maior contextualização para poder identificar a resposta, por isso afirma a tal ambiguidade. Não procede porque a frase escolhida do artigo de Amaral indica que o intuito do conceito em questão é de “oferecer produtos e serviços”. Este elemento identifica a resposta já que o marketing propõe serviços e produtos no plural, sendo a disseminação seletiva de informação um serviço (LUHN apud SAMPAIO, 1990), entendido como um subproduto do marketing.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMARAL, S. A. Marketing da informação: abordagem inovadora para entender o mercado e o negócio da informação. **Ciência da Informação**, v. 40, n.1, p. 85-98, 2011.

SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; MORESCHI, Erica Beatriz Pinto. DSI - Disseminação Seletiva da Informação: uma abordagem teórica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 38-57, jan./dez. 1990.

QUESTÃO 24.

SITUAÇÃO: **Recursos Procedentes.**

RECURSO:

Os candidatos recorrentes alegam que “a questão referente a máquinas elétricas de corrente contínua não contempla os requisitos do conteúdo programático” e solicitam a anulação da questão.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é procedente, pois o tema de máquinas de corrente contínua não contempla em plenitude ao edital nº 01/2018 – UFT / PROGEDEP / COPESE, de 27 de março de 2018 que previa no conteúdo programático, subitem 12.1. Máquinas síncronas e no subitem 12.2. Máquinas assíncronas.

A Banca se manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Comissão Permanente de Seleção (Copese). Concurso público para provimento de cargos efetivos da carreira de técnico-administrativos em educação. Palmas, TO, 2018.

QUESTÃO 29.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato recorrente alega que as normas técnicas ABNT NBR ISO/CIE 8995-1:2013 e ABNT NBR 5413:1992 são utilizadas para a elaboração de projetos de iluminação de interiores. Solicita a anulação da questão, pois as alternativas (A) e (B) estão corretas.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois a norma técnica ABNT 5413:1992 de Iluminação de interiores (alternativa B) foi **cancelada** pelo comitê ABNT/CB-003 - Eletricidade em 21/03/2013 e substituída pela norma técnica ABNT NBR ISO/CIE 8995-1:2013 – Iluminação de ambientes de trabalho Parte 1 : Interior.

Desta forma, fica mantido o gabarito uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT 5413:1992**: Iluminância de interiores. Disponível em: <<http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=4596>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO/CIE 8995-1:2013**: Iluminação de ambientes de trabalho parte 1: Interior. Disponível em: <<http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=196479>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

QUESTÃO 30.

SITUAÇÃO: **Recursos Procedentes.**

RECURSO:

Os candidatos recorrentes alegam que a chave estrela-triângulo garante uma redução de corrente de partida em 33%. Portanto, solicitam a alteração do gabarito da alternativa (B) para a alternativa (C).

JUSTIFICATIVA:

Para encontrar a corrente de partida de um motor de indução pode ser encontrada pela seguinte equação:

$$I_L = \frac{S_{partida}}{\sqrt{3}V_T}$$

Sendo que uma maneira de se reduzir a corrente de partida é trocar a ligação normal em Δ do motor por uma ligação em Y durante o processo de partida. Se o enrolamento de estator do motor for mudado de uma ligação Δ para uma ligação Y, então a tensão de fase no enrolamento diminuirá de V_L para $V_L/\sqrt{3}$ reduzindo a corrente máxima de partida pelo mesmo fator. Quando o motor acelera até próximo da velocidade plena, os enrolamentos do estator podem ser abertos e religados em uma configuração Δ . Portanto, este tipo de chave proporciona redução da corrente de partida para aproximadamente 33% de seu valor, em comparação com a Partida Direta.

A resposta do gabarito deve ser alterada para ALTERNATIVA (C).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHAPMAN, Stephen J. **Fundamentos de Máquinas Elétricas**, 5ª Edição. AMGH Editora, Ltda, 2013.
UMANS, Stephen D. **Máquinas Elétricas de Fitzgerald e Kingsley**, 7ª Edição, AMGH, Editora Ltda, 2014.

DEL TORO, Vicente. **Fundamentos de Máquinas Elétricas**, Editora LTC, 1994.

QUESTÃO 32.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato recorrente alega que “[...] o condutor neutro não tem a função de garantir que as três tensões de fase sejam iguais”. Outro argumento do candidato é que “[...] o condutor neutro não proporciona dois valores de tensão para a instalação”. Solicita a anulação da questão, pois duas alternativas estariam incorretas.

JUSTIFICATIVA:

Cabe que, com o condutor neutro, uma instalação pode ter sim dois valores de tensão, sendo a de linha e a de fase. No entanto, o condutor neutro garante sim que as três tensões de fase sejam iguais, e não interfere nos valores das tensões de linha.

Este é um assunto clássico da teoria de circuitos elétricos, conhecido como tensão deslocamento de neutro. A ausência deste condutor produz desequilíbrio nas tensões de fase, podendo ser em módulo ou ângulo. Além disso, com o condutor neutro, numa rede elétrica com tensão de linha de 380 V, o consumidor pode ter a sua disposição, a tensão de fase de 220 V e também a tensão de linha de 380 V.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

EDMINISTER, Joseph. Circuitos Elétricos : reedição da edição clássica. Editora Makron McGraw-Hill, 2ª Edição, 1991.

QUESTÃO 36.

SITUAÇÃO: **Recursos Procedentes.**

RECURSO:

Os candidatos recorrentes alegam que as alternativas (A) e (C) estariam incorretas e solicitam a anulação da questão. O candidato questiona a alternativa (A), que diz “A potência reativa circula da fonte para o indutor e vice-versa”.

JUSTIFICATIVA:

Nesta questão, o candidato deveria marcar a alternativa INCORRETA, que é a alternativa (C). No entanto, a alternativa (A) apresentou um termo incorreto, que é a palavra “reativa”, e o mais correto seria utilizar a palavra “instantânea”. Isto gerou dupla interpretação aos candidatos.

A banca se manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

EDMINISTER, Joseph. Circuitos Elétricos :reedição da edição clássica. Editora Makron McGraw-Hill, 2º Edição, 1991.

QUESTÃO 37.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

É solicitada a anulação da questão, pois além da alternativa (B) apontada como gabarito, a alternativa (D) também estaria correta.

JUSTIFICATIVA:

Pede-se para assinalar a alternativa INCORRETA. A questão trata de um transformador de distribuição, que por norma, só pode ser de ligação triângulo no primário e estrela aterrada no secundário. Além disso, só há desequilíbrio da carga conectada no secundário do transformador, não havendo nenhuma menção ao desequilíbrio de tensão (que ocorre durante curto circuitos). Neste caso só há tensão de sequência positiva.

Desta forma, as tensões de linha do secundário estão adiantadas de 30° em relação ao primário, o que torna a alternativa (D) CORRETA. A alternativa INCORRETA é a (B), a qual os candidatos deveriam assinalar.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

KINDERMANN, Geraldo. Curto Circuito: edição do autor, 2010.

QUESTÃO 38.

SITUAÇÃO: **Recursos Procedentes.**

RECURSO:

Os candidatos questionaram as alternativas (A), (C) e (D). Solicitam a anulação da questão por entenderem que apresenta duas alternativas incorretas.

JUSTIFICATIVA:

Quanto à alternativa (A), houve a alegação que o eletroduto deve ser dimensionado para sete condutores e não seis. O que faz sentido, pois a questão não mencionou o tipo de aterramento.

Com relação à alternativa (C), o candidato alega que se deveria trocar a palavra “OU” pela palavra “E”. Mas mesmo assim, não seria impedimento para resolver a questão.

A alternativa (D) menciona o fato de o relé térmico ser dimensionado pela corrente de linha, porém o dimensionamento é feito pela corrente de fase.

Pelo fato da questão não haver mencionado o tipo de aterramento a ser usado, há dupla interpretação da alternativa (A). O que realmente não conduz o candidato à uma interpretação conclusiva.

A banca se manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MAMEDE FILHO, João. Instalações Elétricas Industriais. Editora LTC, 9ª Edição, 2017.

Conhecimentos Específicos - Cargo: Engenheiro / Área: Civil

QUESTÃO 29.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O recorrente solicita a anulação da questão e argumenta que:

1. a norma NBR 5626:1998 oferece na tabela 01 a vazão mínima necessária para os aparelhos sanitários e da peça de utilização;
2. existem dois tipos de chuveiros, o elétrico e o comum ou ducha;
3. a vazão não depende unicamente do aparelho sanitário, mas também da peça de utilização.

JUSTIFICATIVA:

Na Tabela 1 da NBR 5626/1998, são apresentados os valores de vazão necessárias para o correto funcionamento de aparelhos sanitários em função do aparelho e a peça de utilização.

A Tabela 1 apresenta vários aparelhos sanitários, entre eles o chuveiro e o chuveiro elétrico. Na tabela é especificado um valor de vazão para cada um desses aparelhos.

Na questão, se pergunta pelos dados de pressão e vazão do chuveiro e não do chuveiro elétrico. Embora o candidato possa ter pensando que não se especifica o tipo de chuveiro, a norma não coloca um “sobrenome” ou tipo ao chuveiro. Este é simplesmente chuveiro, também chamado de ducha. E não chuveiro comum como mencionado pelo candidato. Portanto, quando a pergunta menciona **-chuveiro-** se entende o mesmo chuveiro mencionado da mesma forma pela referida norma.

Além disso, na mesma tabela para o caso do aparelho sanitário chuveiro, a peça de utilização associada a este (única peça) é o misturador (água fria). Por tanto para o chuveiro, não existem opções de peças de utilização com diferentes vazões como o candidato alega.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABNT.NBR 5626:1998 - Instalações prediais de água fria. Rio de Janeiro, p-41.

QUESTÃO 30.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

No recurso o candidato alega que no edital do concurso não se contemplam matérias específicas sobre a resolução do CONFEA e por isso acredita que a questão é irregular.

JUSTIFICATIVA:

A questão coloca opções sobre a não obrigatoriedade de algumas informações no Livro de ordem. O livro de ordem é segundo o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) um dos documentos de obra que devem ser atualizados e conter informações importantes sobre o andamento das obras.

O Livro de Obra é um dos documentos mais importantes da documentação da obra, nele são escritas informações importantes do andamento da obra. Este documento de obra é fiscalizado pelos fiscais do CREA para verificar o correto andamento e atualização das informações da obra.

No edital do concurso, para o cargo de engenheiro civil, o tema 10.3 é especificamente documentação da obra, indicando diário e documentos de legalização. Portanto o Livro de Obra é

considerado um documento de obra e a questão pergunta baseada na resolução do CONFEA porque esta confederação é a entidade federal que regulamenta a documentação de obra.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Comissão Permanente de Seleção (Copese). Concurso público para provimento de cargos efetivos da carreira de técnico-administrativos em educação. Palmas, TO, 2018. Anexo V item 2.4.5

QUESTÃO 32.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato solicita a anulação da referida questão, com base na seguinte alegação: “[...] a alternativa (B) não pode ser considerada incorreta uma vez que um dos objetivos dos aditivos incorporadores de ar é tornar o concreto mais fluido”.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois os argumentos utilizados não condizem com a definição de **ar aprisionado**, conforme relatado na questão, e sim para a utilização de **aditivos incorporadores de ar**, os quais apresentam definições, aplicações e consequências distintas dentro da Tecnologia do Concreto.

Como forma elucidativa, explica-se:

O **ar aprisionado** é a quantidade de ar que não pode ser eliminada durante o adensamento do concreto, ou seja, o ar que todos os concretos possuem de forma natural. Já o **ar incorporado**, é delimitado por um sistema de bolhas de ar microscópico estável e uniforme, sendo este incorporado de forma proposital, através da utilização de aditivos, com a finalidade específica de modificar alguma propriedade do concreto convencional.

Não obstante, como definição a NBR 12.655 (2015) esclarece a diferença entre ar aprisionado e ar incorporado, qual seja:

- “*Ar aprisionado: Vazios de ar não intencionalmente introduzidos no concreto.*”
- “*Ar incorporado: Bolhas de ar microscópicas incorporadas intencionalmente no concreto durante a mistura, pelo uso de aditivos*”.

Corroborando com esta diferenciação nas definições, Andrade & Tutikian (2011) ao explicarem a relação entre a porosidade e a resistência do concreto, relatam que: “*tanto o ar aprisionado no momento da*

*mistura do concreto quanto o **ar incorporado** através do emprego de aditivos também exercem uma influência significativa na resistência final do concreto”.*

Além disso, ressalta-se que um dos objetivos deste item da questão é saber se o candidato tem o conhecimento necessário para discernir entre os conceitos de ar aprisionado e ar incorporado, uma vez que a maioria dos concretos não utiliza aditivos incorporadores de ar.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12.655**. Concreto de cimento Portland — Preparo, controle, recebimento e aceitação — Procedimento. Rio de Janeiro, 2015.

ANDRADE, J. J. O; TUTIKIAN, B. F. **Resistência mecânica do concreto**. In.: Concreto: Ciência e Tecnologia. Ed. G. C. ISAIA. 1.ed. São Paulo, IBRACON, 2011. 1v.

QUESTÃO 37.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato solicita a anulação da referida questão, com base na seguinte alegação: “Quando o material fino que passa através da peneira 75 µm por lavagem, conforme procedimento de ensaio estabelecido na ABNT NBR NM 46, for constituído totalmente de grãos gerados durante a britagem de rocha, os valores constantes na tabela 3 podem ter seus limites alterados de 3% para 10% (para concreto submetido a desgaste superficial) e de 5% para 12% (para concreto protegido do desgaste superficial), desde que seja possível comprovar, por apreciação petrográfica realizada de acordo com a ABNT NBR 7389 [...]”.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois os argumentos utilizados não condizem com o enunciado da questão, uma vez que não são citados, em nenhum dos itens, parâmetros quantitativos de requisitos para teores de materiais pulverulentos para agregados.

O candidato confundiu os conceitos de análise granulométrica com aqueles de teores permitidos de materiais pulverulentos, contidos na NBR 7211 (2009), conforme pode ser observado no item I, da questão em tela:

I - A dimensão máxima característica é a grandeza associada à **distribuição granulométrica** do agregado, correspondente à abertura nominal, em milímetros, da malha da peneira da série normal ou intermediária na qual o

agregado apresenta uma porcentagem retida acumulada imediatamente superior a 5% em massa.

Desta forma, fica claro que o item supracitado se relaciona à análise granulométrica e não ao teor de materiais pulverulentos, **sem possibilidade de interpretação dúbia.**

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7211.** Agregados para concreto - Especificação. Rio de Janeiro, 2009.

QUESTÃO 38.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato solicita a anulação da questão, com base na seguinte alegação: “[...] na alternativa (A) diz que: “Quando a concretagem for efetuada em temperatura ambiente muito quente (= 35°C) e, em especial, quando a umidade relativa do ar for baixa (= 50%) e a velocidade do vento alta (= 30 m/s), devem ser adotadas as medidas necessárias para evitar a perda de consistência e reduzir a temperatura da massa de concreto.” Nesta última condição citada em ventos acima de 30 m/s (108 km/h) a concretagem deveria ser interrompida e não apenas tomar medidas citadas na alternativa pois seria inviável a sua execução”.

JUSTIFICATIVA:

O pleito é improcedente, pois os argumentos utilizados não condizem com o que preconiza a NBR 14.931 (2004) (reafirmada em 2017), de onde a alternativa (A) da referida questão foi fundamentada. Isto posto, segue o que afirma o item 9.3.3 da NBR 14.931 (2004):

“Quando a concretagem for efetuada em temperatura ambiente muito quente ($\geq 35^{\circ}\text{C}$) e, em especial, quando a umidade relativa do ar for baixa ($\leq 50\%$) e a velocidade do vento alta ($\geq 30\text{ m/s}$), devem ser adotadas as medidas necessárias para evitar a perda de consistência e reduzir a temperatura da massa de concreto”.

Não obstante, a referida norma preconiza que os serviços de concretagens devem ser suspensos nas seguintes condições:

*“[...] a concretagem **deve ser suspensa** se as condições ambientais forem adversas, com **temperatura ambiente superior a 40°C ou vento acima de 60 m/s**”.*

Desta forma, fica claro que o item supracitado condiz com a norma brasileira que regulamenta o tema, **sem possibilidade de interpretação dúbia.**

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14.931.** Execução de estruturas de concreto -Procedimento. Rio de Janeiro, 2004.

QUESTÃO 39.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes**

RECURSO:

Os candidatos solicitam a anulação da referida questão, com base nas seguintes alegações:

1. “[...]na fixação entre estrutura e alvenaria de vedação, deverá ser utilizado finca-pinos e não ser aparafusada como diz no item. Utilizar parafusos para fixar as telas seria inviável com relação ao tempo de execução. Na NBR 8545 que trata da execução de alvenaria sem função estrutural não fala de fixação por meio de parafusos.”;

2. “[...]Dessa forma entende-se que a questão seria falsa pois indica que o tempo de cura do chapisco pode ser de no mínimo de 24 h. Só que, o tempo de cura do chapisco é definido na alínea "c" do item 5.2.1 da NBR 7200:1998, de 3 (três) dias, ao mesmo tempo que faz restrição desse tempo para argamassas preparadas em obra. A mesma Norma é clara quando diz que o tempo de cura pode variar, logo em seguida no item 5.2.2, verbis: "5.2.2 Para revestimentos de argamassas industrializadas ou dosadas em central, estes prazos podem ser alterados, se houver instrução específica do fornecedor, com comprovação através de ensaios de laboratório credenciado pelo INMETRO[...]”.

JUSTIFICATIVA:

O enunciado da questão solicita assinalar as afirmativas corretas quanto à execução de alvenarias de vedação, onde a referência normativa em vigor é a NBR 8545 (1984) - Execução de alvenaria sem Função Estrutural de Tijolos e Blocos Cerâmicos. Todavia, devido a não atualização da norma, deve-se proceder a correta execução dos serviços conforme as boas práticas atuais em função dos estudos realizados em novas tecnologias.

Como a NBR 8545 (1984) só trata da ligação da alvenaria com pilares através do emprego de barras de aço de diâmetro de 5 a 10 mm, também chamada de “ferro cabelo”, sem fazer referência ao uso de telas, deve-se buscar as possibilidades técnicas para a aplicação de sistemas alternativos.

Desta forma, não se pode afirmar que a nomenclatura sugerida pelo candidato é a única possível de utilização. Como exemplo disso, cita-se as seguintes referências que utilizam o termo “**telas soldadas aparafusadas no pilar**”: as notas de aula da disciplina Tecnologia da Edificação III da Universidade Federal de Santa Catarina; as notas de aula da disciplina Estágio Supervisionado em Obra da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; matéria do Portal da Construção Civil do Rio de Janeiro – ConstruFacilRJ; entre outros. Já o Guia de Melhores Práticas da Comunidade da Construção – ABCP utiliza um termo similar ao adotado na questão em tela, com utilização de furadeira e elemento de fixação.

Além disso, a referência utilizada para a argumentação do candidato não trata da inviabilidade do uso de sistemas alternativos de fixação, nem de questões de produtividade, apenas indica uma possibilidade de técnica de forma genérica, sem levar em consideração o porte da construção, as solicitações reais da alvenaria, a localização geográfica, as condições climáticas, o tamanho da tela e o comprimento de dobra. Isto posto, tem-se que a afirmativa II da referida questão está correta.

Quanto à afirmativa III, tem-se que a mesma é incorreta, uma vez que permite a execução da alvenaria a partir de 24h após a aplicação da camada de chapisco nas faces dos elementos estruturais, o que não é praticado, conforme as referências de boas práticas construtivas.

O argumento apresentado é baseado na NBR 7200 (1998), a qual não trata do tema abordado na questão e sim de chapisco para revestimento de argamassa para paredes, onde o item 5.2.1. c) relata que a idade mínima deve ser de:

“três dias de idade do chapisco para aplicação do emboço ou camada única; para climas quentes e secos, com temperatura acima de 30° C, este prazo pode ser reduzido para dois dias.”

A norma que trata sobre o tema da questão é a NBR 8545 (1984), a qual, em seu item 4.1.6, recomenda: *“chapiscar a face da estrutura (lajes, vigas e pilares) que fica em contato com a alvenaria”*.

Na falta de um prazo normativo para a cura da argamassa de chapisco, devem-se adotar referências acadêmicas sobre o tema. Diante disso, elucida-se o tema com as seguintes referências para chapisco feito em obra e/ou industrializado, dentre outras:

- Guia Melhores Práticas da Comunidade da Construção – ABCP: *“Aplicar, com antecedência de 72 horas, argamassa de cimento-cola com desempenadeira dentada, de forma que se formem sulcos de 5mm”*.
- Livro de Lordsleem Júnior: *“Deve-se utilizar chapisco rolado ou industrializado pelo menos três dias antes do início da produção da alvenaria, a fim de que melhore a aderência no assentamento dos componentes”*.
- Livro de Souza & Mekbekian (Qualidade na Aquisição de Materiais e Execução de Obras): *“Executar o chapisco sobre a estrutura de concreto que ficará em contato com a alvenaria, com antecedência de 72 horas, tanto para o chapisco rolado como para o industrializado”*.
- Código de Práticas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas: *“O lançamento de chapisco nos pilares, lajes e vigas deve ter sido executado há pelo menos três dias”*.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8545** Execução de alvenaria sem Função Estrutural de Tijolos e Blocos Cerâmicos. Rio de Janeiro, 1984.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7200**. Execução de revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas - Procedimento. Rio de Janeiro, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. **Guia melhores práticas da comunidade da construção**. Ed. PINI. São Paulo, 2005

LORDSLEEM JÚNIOR, A. C. **Execução e inspeção de alvenaria racionalizada**. Ed. O Nome da Rosa. São Paulo, 2000.

MARINOSKI, D. **ALVENARIAS: conceitos, alvenaria de vedação, processo executivo**. Notas de aula. UFSC. Em <http://www.labeee.ufsc.br>, acessado em 26/05/2018.

CONSTRUFACILRJ. Paredes de Alvenaria: Marcação, Amarração e Execução. Em <https://construfacilrj.com.br>, acessado em 26/05/2018.

SOUZA, R.; MEKBEKIAN, G. **Qualidade na aquisição de materiais e execução de obras**. Ed. PINI. São Paulo, 1996.

THOMAZ, E. et al. **Código de práticas nº 01: alvenaria de vedação em blocos cerâmicos**. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do estado de São Paulo. São Paulo, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Execução de alvenaria: elevação das paredes. Disciplina Estágio Supervisionado em Obra. UFRGS. Em <https://www.ufrgs.br>, acessado em 26/05/2018.

Conhecimentos Específicos - Cargo: Pedagogo

QUESTÃO 23.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSOS:

Os recursantes solicitam a anulação da questão, pois em seu entendimento não há uma alternativa totalmente correta. Argumentam que:

1. “[...] de acordo com o posicionamento de Vygotsky o sujeito ele necessita do outro para formar e reconhecer a sua própria identidade e cultura, assim sendo a sua cultura é construída a partir das relações sociais, através da dialética entre o sujeito e o meio, e não apenas pelo individuo como afirma-se na questão.

2. a alternativa estaria incompleta e” [...] a teoria do desenvolvimento vygotskyana parte da concepção de que todo organismo é ativo e estabelece contínua interação entre as condições sociais, que são mutáveis, e a base biológica do comportamento humano.”

3. a afirmação da alternativa (C) não está “em sua totalidade correta pois na teoria de Vygotsky o indivíduo é determinado nas interações sociais, ou seja, é por meio da relação com o outro e por ela própria que o indivíduo é determinado”;

4. “o trecho que considera que o indivíduo “cria” sua própria cultura e é moldado pela mesma induz ao erro da questão. Embora, as demais alternativas tratem de outras teorias.”

JUSTIFICATIVA:

A partir do próprio texto que antecede o enunciado da questão onde está colocado que: “No campo da Psicologia da Educação temos diversas abordagens teórico metodológicas com objetivo, justamente, de explicar a complexidade da ação humana e da prática educativa”. E no enunciado da questão 23 onde é solicitado: “No campo da psicologia da educação, acerca da Teoria Sócio Histórica de Vygotsky, assinale a alternativa CORRETA.

No preambulo da questão fica evidenciado que a temática é ampla e complexa, mas, para efeito de avaliação (Prova de Concurso), tomamos somente um aspecto bastante evidente do todo, que caracteriza essas diversas abordagens epistemológicas. Lembrando, que não é possível em uma prova objetiva, tratar de todas as especificidades de cada teoria.

Ressaltamos que o tema geral da questão é a PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E SUAS DIVERSAS ABORDAGENS, nesse sentido, em cada item foi contemplado uma abordagem diferente e delimitada, o que não procede dizer que a questão está confusa. Cada alternativa corresponde a um teórico importante dentro da Psicologia da Educação, a saber: **Piaget, Vygotsky, Gardner e Skinner**, demandando assim pouco conhecimento na área para responder a mesma.

Segundo a pesquisadora e professora da Universidade Federal de Pelotas, RS Damiani, 2006:

Na abordagem vygotskyana, o homem é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações que acontecem em uma **DETERMINADA CULTURA (grifo nosso)**. O que ocorre não é uma somatória entre fatores inatos e adquiridos e sim uma interação dialética que se dá, desde o nascimento, entre o ser humano e o meio social e cultural em que se insere. (2006, p.7).

Assim, é possível constatar que do ponto de vista de Vygotsky, o desenvolvimento humano é compreendido não como a decorrência de fatores isolados que amadurecem, nem tampouco de fatores ambientais que agem sobre o organismo controlando seu comportamento, mas sim como produto de trocas recíprocas, que se estabelecem durante toda a vida, entre indivíduo e meio, cada aspecto influenciando sobre o outro.

A partir dessa compreensão de que, na Teoria Vygotskyana, tanto o meio social como o meio cultural, influenciam na formação humana, essa afirmação torna verdadeira a alternativa (C) que a banca assinalou: “o indivíduo é determinado nas interações sociais e é moldado pela cultura que ele próprio cria”. Ou seja, pela cultura que ele vivência e cria nas inúmeras relações que estabelece com o outro, em seu mundo vivido.

Mesmo que a alternativa (C) não consiga em sua totalidade, explicitar tudo sobre a Teoria Vygotskyana, ela não está incorreta e não justifica sua anulação. É perfeitamente possível correlacionar as afirmativas à sua respectiva teoria. Não concordamos que a segunda parte da alternativa induza ao erro da questão, como coloca um dos requerentes, mesmo porque o próprio candidato afirma: “Embora, as demais alternativas tratem de outras teorias” Esse argumento não é suficiente para anulação da mesma.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BECKER, F. Vygotsky versus Piaget ou sociointeracionismo e educação. In: R. L. L. BARBOSA (org.), **Formação de Educadores. Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

DAMIANI, Magda F. e NEVES, Rita de A. **Vygotsky e as teorias da aprendizagem**. UNIREVISTA - Vol. 1, nº 2: abril 2006. <http://www.miniweb.com.br/Educadores/Artigos/PDF/vygotsky.pdf>.

LURIA, A. R. Diferenças culturais de pensamento. In: VIGOTSKII, L.S.; LURIA, A.R., LEONTIEV. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 7.ed. São Paulo: Icone, 2001.

QUESTÃO 24.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSOS:

O recorrente solicita a revisão ou anulação da questão por entender que “estava de difícil compreensão” [...] e que a alternativa divulgada como gabarito estaria confusa.

JUSTIFICATIVA:

Ressaltamos que a questão, foi elaborada a partir do tópico sobre Diversidade, Desigualdade e Diferença: questões educacionais. Uma temática atual e por vezes de difícil efetivação social e institucional.

Desta feita a banca tomou o cuidado de elaborar um enunciado para situar a questão, como segue: **“Ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno, que considere suas capacidades, diversidades, diferenças e talentos, com um ensino participativo, solidário e acolhedor”**.

No enunciado da questão foram apresentados indícios de como deve ser uma educação que contemple a diversidade, a desigualdade e a diferença dentro de uma escola. E solicitou-se marcar a alternativa incorreta, no caso a alternativa (B): “as escolas que não valorizam a diversidade estão ajudando a combater as desigualdades educacionais”.

Uma afirmação simples, mas, que requer um certo domínio de conceitos importantes como inclusão, integração, segregação, igualdade e desigualdade humana. Assim, não procede a afirmação do recorrente para anulação da questão e nem de que a questão está confusa. A alternativa (B) é a única que difere ao que foi enunciado e, portanto, não há confusão alguma.

Ressalta-se que na elaboração da questão foram utilizados vários autores que discutem a temática e ainda documentos legais que orientam com muita propriedade, como proceder quanto às relações humanas dentro das instituições escolares, no que se refere as nossas diferenças, direitos e habilidades.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. 7ª. edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SASSAKI, R. K. Inclusão - Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997.

SILVA, Tomás Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

QUESTÃO 30.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

Segundo o requerente a alternativa (B) “é facilmente possível de ser interpretada sob uma ótica oposta a como deve ser o trabalho docente junto a tecnologia.” Argumenta que a resposta elaborada pela banca, “dá a entender que existe uma formação de docentes para uso crítico dos suportes tecnológicos. Por isso considero um erro em sua elaboração.” e que “em nenhuma pesquisa vejo fundamento para que sejam formados docentes para uso crítico de suporte tecnológico”.

JUSTIFICATIVA:

Diversos autores trabalham com uma perspectiva de formação crítica e reflexiva do Professor, para que também ele possa formar o cidadão autônomo e crítico. Segundo a professora e pesquisadora da temática:

A proposta de **professor reflexivo** contrapõe-se à racionalidade técnica de formação docente, ainda hegemônica nos cursos iniciais, que dicotomiza teoria e prática e concebe os

professores como reprodutores de saberes produzidos pelos especialistas. O professor reflexivo é reconhecido como **profissional capaz de refletir** sobre sua prática e, baseado nela, produzir saberes docentes. (TOSCHI, 2005, p.2).

Dessa feita, temos que discutir as possibilidades educativas que a escola tem com as tecnologias. É necessário pensar por quais motivos essas tecnologias estão nas escolas, por razões políticas, econômicas ou educativas? Ainda segundo Toschi 2005, faz-se necessário uma reflexão sobre o papel da televisão no nosso país e a importância de a escola aceitar o desafio de formar os jovens para análise crítica da televisão.

Essa perspectiva contradiz os argumentos do requerente de que: “a resposta dá a entender que existe uma formação de docentes para uso crítico dos suportes tecnológicos. Por isso considero um erro em sua elaboração”.

Não há erro na elaboração da questão feita pela banca e sim coerência, pois de fato há uma necessidade de qualificação docente para atuar com a tecnologia e comunicação nas escolas. Conforme se pode observar: “os desafios principais quanto a proposta de inovações tecnológicas à Educação, se apresenta: a garantia de acesso pleno para toda a sociedade e a formação de docentes para o uso crítico dos suportes tecnológicos em atividades que sejam realmente diferenciadas e significativas”.

Ampliando a argumentação, a banca entende que as referências que o recorrente coloca como defesa para seu recurso o contradiz, pois, para que o professor consiga utilizar as ferramentas tecnológicas com qualidade, precisa estar preparado, veja:

Para MORAES, “o simples acesso à tecnologia, em si, não é o aspecto mais importante, mas sim, a **criação de novos ambientes de aprendizagem e de novas dinâmicas sociais** a partir do uso dessas novas ferramentas”. (MORAES, 1997).

DEMO (2008), sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação, aponta: “Toda proposta que investe na introdução das TICs na escola só pode dar certo passando pelas mãos dos professores. O que transforma tecnologia em aprendizagem, não é a máquina, o programa eletrônico, o software, **mas o professor, em especial em sua condição socrática.**”

Se o Professor é mais importante que a máquina, se cabe a ele criar novos ambientes de aprendizagem, então sua qualificação deve ser, segundo Pedro Demo, **socrática**, ou seja, reflexiva e crítica, conforme a banca afirma na questão elaborada.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DEMO, Pedro. Educação hoje: novas tecnologias, pressões e oportunidades. São Paulo: Atlas, 2009.

TOSCHI, Mirza Seabra. Tecnologia e educação: contribuições para o ensino. Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n. 19, p. 35-42, jan./jun. 2005.

TOSCHI, Mirza Seabra. Educação para as mídias: conceito, relação com a educação e experiências. VÁRIOS AUTORES. Todos os contos – verificação do imaginário infantojuvenil: uma experiência de educomunicação. Goiânia: Ayvú-etã Comunicação e Projetos, 2004.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Desafios culturais da comunicação à educação. Comunicação & Educação, São Paulo, [18]: 7 a 14, maio/ago. 2000.

QUESTÃO 34.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Um dos candidatos recorrentes alega que: “Embora seja possível utilizar várias tendências em uma aula, o professor usa uma de cada vez, de acordo com cada nova situação que surge, usa-se a tendência mais adequada”.

Outro candidato alega que: “a questão ao dizer que elas [as tendências pedagógicas) não coexistem no mesmo momento histórico deixa a questão correta. Pois conforme supracitado elas são influenciadas pelos acontecimentos históricos e pelos movimentos sociais de um dado momento.”

E o terceiro que: “A proposição que consta da alternativa A está incorreta”, pois Libâneo (1990), um dos pesquisadores de referência da temática, classifica as tendências pedagógicas em dois grupos liberais e progressistas, não simplesmente em liberais e progressistas.

JUSTIFICATIVA:

No que diz respeito aos argumentos do primeiro e do segundo recurso, importa alertar que na classificação das tendências pedagógicas, Libâneo (1992, p.2) escreve que as tendências pedagógicas “[...] nem sempre, são mutuamente exclusivas [...]”.

Em se tratando do terceiro recurso, o autor citado Libâneo (1992, p.2), no texto “Tendências pedagógicas na prática escolar assim classifica as tendências:

Utilizando como critério a posição que adotam em relação aos condicionantes sociopolíticos da escola, as tendências pedagógicas foram classificadas em liberais e progressistas, a saber:

A - Pedagogia liberal

1- Tradicional

2- Renovada progressivista

3- Renovada não-diretiva

4- Tecnicista

B - Pedagogia progressista

1- Libertadora

2- Libertária

3- Crítico-social dos conteúdos

É perceptível que ao tratar das tendências pedagógicas liberais e progressistas o autor, neste texto não usa a expressão “grupos”. Ainda, que, independentemente da expressão, está mencionando as duas categorizações, pois em nenhuma delas cita os nomes “liberais” e “progressistas” como tendências específicas, mas sim como segue: Liberais (Tradicional; Renovada Progressivista; Renovada Não diretiva; e Tecnicista) e Progressistas (Libertadora; Libertária; e Crítico-social dos Conteúdos).

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: _____. Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

QUESTÃO 35.

SITUAÇÃO: Recurso Procedente para Anulação da Questão.

RECURSO:

Dois dos candidatos recorrentes alegam que: “A questão deve ser anulada”, pois “[...] todas as alternativas estão corretas”. Isto porque “Atualmente existem muitas fontes diretas de recursos públicos para o seu financiamento das Instituições privadas [...] Porém, em relação ao financiamento, não há previsão legal para a concessão de recursos públicos para instituições privadas de educação superior”.

Outro candidato alega que a questão deverá ter seu gabarito cancelado, pois a alternativa (D) está incorreta. Para tal solicitação, sustenta seu argumento no texto de Sguissardi (2008, p. 994), que “não traz como traço marcante o acréscimo de recursos públicos para o ensino privado”.

Um terceiro recurso solicita a anulação da questão, com base no argumento de que há duas alternativas incorretas, a (C) e a (B), pois a alternativa (B) faz uma indagação que poderá ser averiguada apenas no 5º ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014.

O quarto demandante, solicita a anulação da questão, com o argumento de que a alternativa (C) está correta.

E o quinto candidato alega que “A proposição que consta da alternativa A está incorreta”, pois a Constituição Federal de 1988 não reestabeleceu a vinculação de recursos para a educação, mas sim a Emenda Constitucional nº 24 de 1983, conhecida como Emenda Calmon.

JUSTIFICATIVA:

No que diz respeito ao argumento de dois recursos, a alternativa (C) está incorreta, pois há previsão legal para a concessão de recursos públicos para instituições privadas de educação superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), no Art. 19 dispõe sobre a classificação administrativa das instituições de ensino dos diferentes níveis: “As instituições

de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.”

No Art. 20, a LDB dispõe sobre o enquadramento das instituições privadas de ensino:

As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - **particulares** em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - **comunitárias**, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 12.020, de 2009).

III - **confessionais**, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - **filantrópicas**, na forma da lei. (Grifos nossos).

Observa-se que as instituições privadas não são apenas as particulares.

E, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no Art. 213., dispõe que as instituições privadas poderão receber recursos públicos:

Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, **podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas**, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - Assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades. (Grifos nossos).

A Constituição Federal de 1988 no mesmo Art. 213. no § 2º, também, permite recursos públicos em outras instituições, sem especificar se são públicas ou privadas: “As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)”.

Em se tratando do segundo recurso, o candidato deverá tomar como pressuposto para sua análise não apenas o texto do autor citado por ele, mas o conjunto de políticas públicas e normas atuais para a educação superior que crescem recursos públicos para a iniciativa privada, a exemplo o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (BRASIL, 2005) e o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014). Meta 12, Estratégia 12.5:

ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

No que tange ao terceiro argumento, a alternativa (B) deverá ser considerada correta, pois segundo pesquisas realizadas por Amaral (2017), a Emenda Constitucional nº 95 inviabilizará a efetivação do PNE. E

ainda, há dados disponibilizados no documento Linha de Base do INEP (BRASIL, 2015) que permitem chegar a tal conclusão.

Por fim, o quinto candidato alega que “A proposição que consta da alternativa A está incorreta”, pois a Constituição Federal de 1988 não reestabeleceu a vinculação de recursos para a educação, mas sim a Emenda Constitucional (EC) nº 24 de 1983, conhecida como Emenda Calmon. Cabe registrar que a EC 24 também não reestabeleceu, mas estabeleceu, como explicitado em seu *caput*: “Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.” (BRASIL, 1983).

Desta feita, a banca julga apenas um recurso como procedente.

A banca se manifesta pela ANULAÇÃO da questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMARAL, Nelson Cardoso. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? **Educação e Sociedade**, 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. **Emenda Constitucional (EC) nº 24**. Brasília, DF, 1983.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.096. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015.

QUESTÃO 37.

SITUAÇÃO: **Recurso Improcedente.**

RECURSO:

O candidato recorrente alega que o enunciado da questão pede para marcar a incorreta, porém a alternativa inseriu equivocadamente uma expressão que não consta da legislação, sendo “as instituições privadas”, além das públicas.

JUSTIFICATIVA:

Importa explicitar que há várias formas de se elaborar questões para os concursos públicos e uma delas é o recurso utilizado na referida questão, ou seja, de modificação da letra lei. Orienta-se, ainda, que o candidato retome o artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), para verificar o embasamento legal da alternativa D da questão:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A _estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; [\(Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015\)](#)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. [\(Vide Lei nº 10.870, de 2004\)](#)

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que o recurso é improcedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

QUESTÃO 40.

SITUAÇÃO: **Recursos Improcedentes.**

RECURSO:

Os candidatos recorrentes solicitam a anulação da questão e alegam que todas as afirmativas estão corretas. Em síntese, argumentam que, de acordo com a LDB e autores da área, na gestão democrática

participam da elaboração do projeto pedagógico professores, comunidade e profissionais técnico-administrativos.

JUSTIFICATIVA:

Tomando como base a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), no Art. 14, “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.” Observa-se que dentre os princípios legais, para a elaboração do projeto pedagógico da escola não estão obrigados todos os trabalhadores da educação, como consta da afirmativa III, mas apenas os profissionais da educação. Assim, a alternativa (C) está correta. E, observando-se o artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), verificar-se-á quem são considerados profissionais da educação.

Desta forma fica mantido o gabarito, uma vez que os recursos são improcedentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.